

Boletim de Conjuntura

DISTRITO FEDERAL

Número 12 – 1º trimestre de 2020

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Ibaneis Rocha
Governador

Marcus Vinicius Britto
Vice-Governador

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA - SEEC
André Clemente Lara de Oliveira
Secretário

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CODEPLAN
Jeansley Lima
Presidente

Juliana Dias Guerra Nelson Ferreira Cruz
Diretor Administrativo e Financeiro

Clarissa Jahns Schlabit
Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas

Daienne Amaral Machado
Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Renata Florentino de Faria Santos
Diretora de Estudos Urbanos e Ambientais

EQUIPE RESPONSÁVEL

Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas | DIEPS

Diretora – Clarissa Jahns Schlabit

Gerência de Contas e Estudos Setoriais - Gecon

Gerente - Jéssica Filardi Milker Figueiredo

Carlos Alberto Reis

Eurípedes Regina Rodrigues de Oliveira

Sandra Regina Andrade Silva

Renato Costa Coitinho

Estagiário – Bruno da Silva Vicente

Sumário

Introdução

Seção I – Economia Brasileira

Seção II – Atividade Econômica do Distrito Federal

Seção III – Análise de Preços

Seção IV – Mercado de Trabalho

Considerações finais

Introdução

O comportamento da economia do Distrito Federal é foco da análise realizada pela Codeplan e disponibilizada no *Boletim de Conjuntura do Distrito Federal*, que chega à sua décima segunda edição, trazendo os dados do primeiro trimestre de 2020¹. Com o propósito de dar publicidade aos dados mais recentes do Índice de Desempenho Econômico do Distrito Federal (Idecon/DF), o Boletim contextualiza o desempenho das atividades econômicas da região com base em dados agregados locais e nacionais.

O relatório traz uma visão ampla e completa sobre a conjuntura da região que, no primeiro trimestre de 2020, foi marcada por indícios iniciais do efeito negativo que as medidas de combate à disseminação do novo coronavírus sobre os indicadores agregados econômicos. Isso se traduziu em uma desaceleração da trajetória de crescimento da atividade econômica na região com consequente aumento na taxa de desemprego. O choque duplo de redução da produção e do consumo no DF tem uma característica deflacionista, corroborada pelas variações negativas nos preços praticados. Além disso, a tendência é de que esse cenário se agrave nos próximos meses. O diagnóstico da situação predominante é essencial para orientar a formulação de políticas públicas mais eficientes e otimizar as ações do Governo do Distrito Federal.

O Boletim de Conjuntura do Distrito Federal apresenta um panorama geral da economia brasileira na primeira seção, oferecendo instrumentos para ajudar a explicar os resultados da economia do Distrito Federal, tema da segunda seção. O desempenho distrital é evidenciado pelo comportamento do Idecon-DF, calculado a partir de uma metodologia própria da Codeplan, e complementado por meio da análise de indicadores econômicos auxiliares. Em seguida, a variação dos preços locais é avaliada na seção três, por meio da análise do IPCA e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Na quarta seção, é apresentado o comportamento dos principais dados do mercado de trabalho do DF, avaliando os números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (PNADCT) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério da Economia. Finalmente, as considerações finais são apresentadas.

¹ A defasagem de quase três meses é inevitável, porém, a fim de preencher essa lacuna temporal e oferecer tempestivamente informações sobre os importantes indicadores econômicos, a Codeplan disponibiliza informes com dados recentes, à medida que são publicados. Essas publicações podem ser acessadas em <http://economia.codeplan.df.gov.br>.

Seção I

Economia Brasileira

1. Sumário

O panorama da economia brasileira indica que o país se encontra no início de um ciclo de contração do nível de atividade produtiva que irá afetar, principalmente, a Indústria nacional e o setor de Serviços, com destaque para o segmento de Comércio. Isso porque o 1º trimestre de 2020 já captura os efeitos iniciais da crise de saúde com queda de -0,3% no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, puxados pela variação negativa das atividades industriais (-0,1%) e dos serviços (-0,5%), e da forte deterioração das expectativas de crescimento para o ano de 2020.

Em termos de mercado de trabalho, essa situação se traduz no aumento da taxa de desocupação da população, que atingiu 12,2% no acumulado entre janeiro e março de 2020, e na destruição dos postos de trabalho formais, uma vez que, ainda que o país ostente um saldo positivo de 97,27 mil vagas no período, a tendência é que as demissões superem as admissões nos próximos meses.

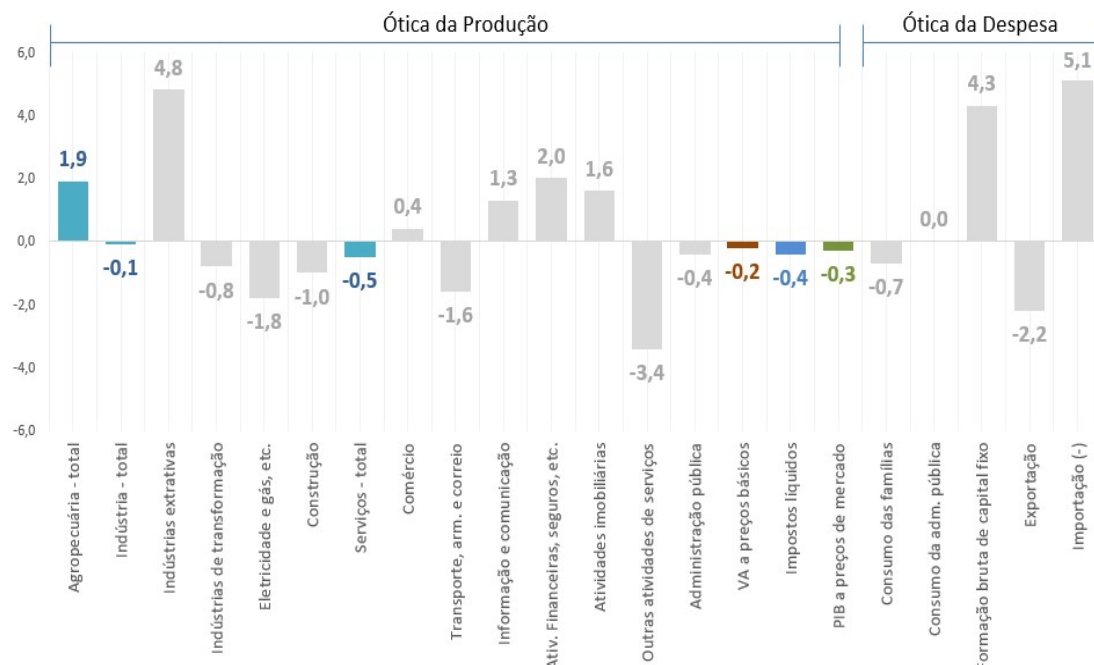
O resultado da interação entre a redução do nível de atividade, diminuindo a oferta de produtos, e a alta do desemprego, com consequências sobre o nível de consumo da população, é uma trajetória deflacionista do nível de preços da economia. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mostrou uma alta de apenas 0,53% no 1º trimestre de 2020 e de 3,30% no acumulado em 12 meses, enquanto as expectativas de mercado apontam que, ao fim do ano, ele deve chegar à 1,53%.

Por fim, o resultado primário do Governo Federal apresentou um déficit de R\$ 2,80 bilhões no acumulado nos primeiros três meses de 2020, mostrando uma queda de 48,1% ante o saldo negativo de R\$ 5,41 bilhões verificado no mesmo período do ano anterior. As contas públicas, no entanto, devem perceber uma contração da receita à medida que o nível de atividade do país diminua o aumento das despesas devido aos gastos com auxílios emergenciais à população de estados e municípios.

2. Nível de atividade

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil contraiu -0,3% no 1º trimestre de 2020 em relação ao mesmo período do ano anterior (Gráfico 1). A suspensão de uma ampla gama de atividades produtivas e de restrições a circulação de pessoas como formas de garantir o isolamento social e reduzir a disseminação da Covid-19 prejudicou as demandas interna e externa e, conseqüentemente, causou uma retração dos indicadores setoriais. Essas ações tornaram-se mais populares pelo Brasil somente na segunda quinzena de março de forma que seu efeito negativo só é capturado parcialmente pelo nível de atividade do período.

Gráfico 1 – Produto Interno Bruto: Variação no trimestre contra o mesmo trimestre do ano anterior – Brasil – 1º trimestre de 2020 (%)



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN

De acordo com os dados das Contas Nacionais Trimestrais, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apenas a Agropecuária registrou elevação no período com alta de +1,9% entre janeiro e março de 2020. O resultado positivo do setor se deve, em parte, pelo fato dele não ter sido alvo das contenções comerciais impostas por prestarem serviços essenciais para a população. Adicionalmente, a boa performance da atividade primária também reflete o aumento da área plantada e da produtividade esperada para a safra 2019/2020. As culturas em destaque do trimestre foram soja e arroz.

No sentido contrário, o setor *Serviços* foi o que apresentou o maior desaquecimento entre janeiro e março de 2020 ante o mesmo período de 2019 com uma queda de -0,5%. O resultado se deve, principalmente, à contração de -3,4% em *Outras atividades de serviços* e de -1,6% em *Transporte, armazenagem e correio* no período.

As atividades industriais, por sua vez, após registrarem um bom desempenho nos primeiros dois meses do ano, sofreram uma variação negativa de forma a ter um resultado acumulado nos três primeiros meses do ano de -0,1%. Dentre as atividades produtivas pesquisadas do setor, apenas as *Indústrias extrativistas* apontaram aumento de +4,8%. Os demais segmentos – *Indústrias de transformação* (-0,8%), *Eletricidade e gás* (-1,8%) e *Construção* (-1,0%) –, tiveram seus desempenhos prejudicados pela redução do nível de atividade produtiva do país.

Pela ótica das despesas, chama a atenção o crescimento de +4,3% da *Formação Bruta de Capital Fixo*, cujos gastos representam investimentos em capital produtivo no país. Essa alta ajuda também explicar a elevação do valor das *Importações* (+5,1%) verificada no período.

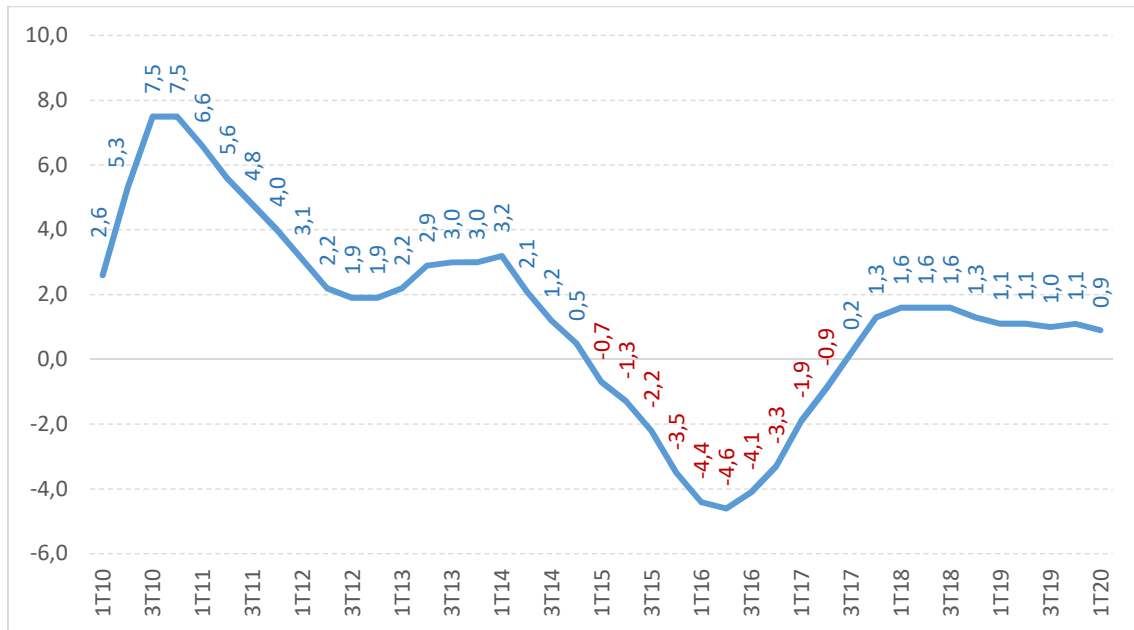
A queda nas *Exportações* (-2,2%) pode ser parcialmente explicada pelo encolhimento da economia mundial em função do enfrentamento à Covid-19. Como os principais parceiros comerciais do Brasil estão a mais tempo sofrendo os reveses impostos pela pandemia, a redução da demanda ocasionada pela diminuição do nível de atividade produtiva nesses países afetou a venda de produtos de origem brasileira.

Por fim, o *Consumo das famílias* se viu prejudicado pelo fato de muitos brasileiros terem perdido o seu emprego no decorrer de março ou terem tido seus salários reduzidos no âmbito do Programa Emergencial de Sustentação do Emprego (PESE). Com perda do poder de compra esse componente do PIB obteve queda de -0,7%.

Resultados em 12 meses

No acumulado em quatro trimestres, o PIB nacional apresentou crescimento de +0,9% no período findo em março de 2020, porém, ao analisar a série histórica exibida no Gráfico 2, nota-se uma perda de vigor do nível de atividade econômica e ampliação do hiato entre o atual patamar e a renda bruta auferida no período pré-crise.

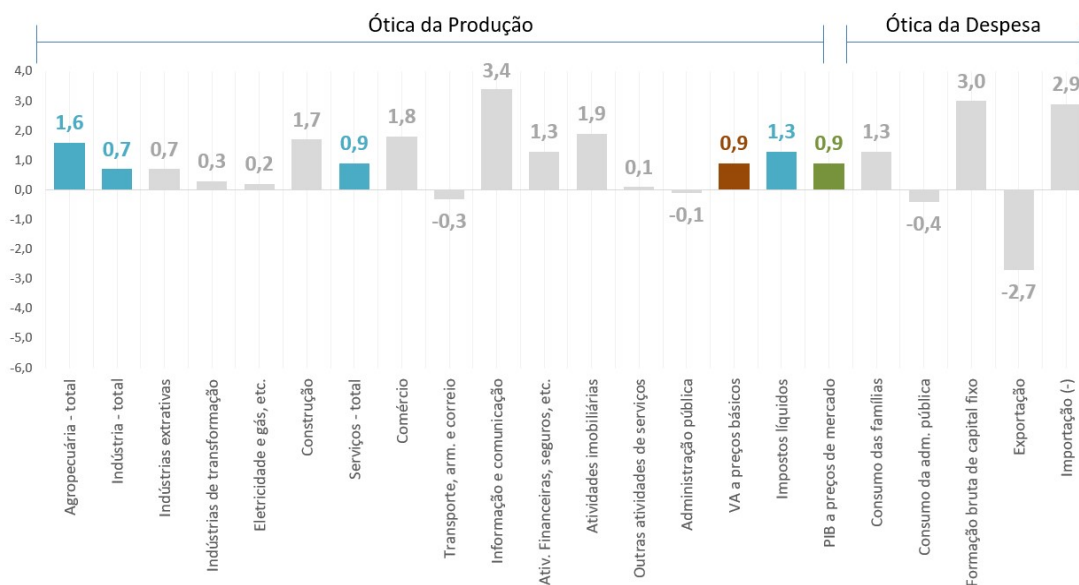
Gráfico 2 - Produto Interno Bruto: Evolução da variação acumulada em quatro trimestres contra o mesmo trimestre do ano anterior – Brasil – 1º trimestre de 2010 a 1º trimestre de 2020 – %



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN

De acordo com o Gráfico 3, todos os setores produtivos apresentaram uma variação acumulada positiva no período de abril de 2019 a março de 2020. A *Agricultura* foi a que obteve o melhor desempenho no período analisado com alta de +1,6%. Por sua vez, *Serviços* e *Indústria* tiveram uma performance positiva, porém menos expressiva de +0,9% e +0,6% respectivamente.

Gráfico 3 – Produto Interno Bruto: Variação acumulada em quatro trimestres contra o mesmo período do ano anterior – Brasil – 1º trimestre de 2020 – %



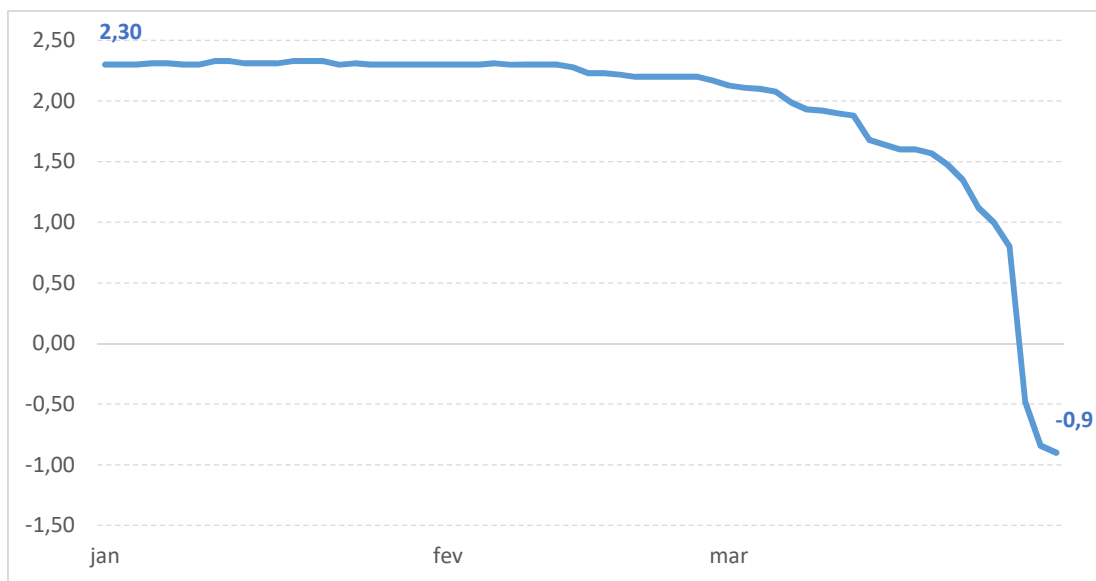
Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN

Pela ótica da produção, os serviços de *Informação e comunicação* (+3,4%) despontaram como o segmento de maior crescimento no período em questão, seguido por *Atividades imobiliárias* (+1,9%) e *Comércio* (+1,8%).

Pela ótica da despesa, novamente, o destaque fica por conta da *Formação Bruto de Capital Fixo*, com elevação de +3,0% na variação acumulada de quatro trimestres. Esse resultado é de extrema importância, pois indica o aumento da capacidade produtiva futura do país e, portanto, uma oportunidade de melhora dos indicadores de produtividade, o que pode auxiliar o processo de retomada do nível de atividade nacional após o fim da pandemia.

Afinal, o declínio a ser superado será bastante significativo. Como pode-se observar no Gráfico 4, com o avanço do mês de março, as expectativas do mercado para o crescimento do PIB do Brasil se deterioraram rapidamente, saindo de uma previsão de alta de +2,30%, no início de janeiro, para uma de baixa de -0,9% no final de março.

Gráfico 4 – Produto Interno Bruto: Expectativas de crescimento anual do PIB brasileiro – Brasil – 1º trimestre de 2020 (%)



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN

Vale lembrar que, ao final do 1º trimestre de 2020, o mercado ainda não havia terminado de ajustar suas projeções de crescimento para o mercado nacional de forma que é factível esperar uma piora dos indicadores do nível de atividade brasileiro nos próximos trimestres².

² As expectativas de mercado, de acordo com o Relatório Focus, de 8 de junho de 2020, são de que a economia nacional encolha -6,5%.

3. Mercado de trabalho

A taxa de desocupação do Brasil ficou em 12,2% no 1º trimestre de 2020, o que representa uma alta de 1,2 ponto percentual (p.p.) em relação ao trimestre imediatamente anterior, mas uma redução de 0,5 p.p. ante o mesmo trimestre do ano anterior de acordo com os dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua Trimestral. Os números carregam uma parcela do impacto negativo que as medidas restritivas ao comércio e à circulação das pessoas, adotadas a partir da segunda quinzena de março, impõem ao mercado de trabalho.

Os percentuais, entretanto, poderiam ter sido superiores aos observados. Isso porque verificou-se no período uma redução da taxa de participação na força de trabalho, enquanto alguns trabalhadores tiveram seus contratos de trabalho modificados no âmbito do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda. Esse último permitiu a redução da carga horária dos funcionários com correspondente diminuição do salário e com a contrapartida de manutenção da vaga por igual período do acordo de alteração.

O cenário não é diferente quando o foco é dado ao mercado de trabalho formal. Os do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) mostram uma redução de 240,70 mil vagas formais de emprego em março de 2020 no Brasil, evidenciando os primeiros efeitos da crise de saúde. Importante mencionar que, em todas as atividades econômicas, os desligamentos superaram a quantidade de contratações no referido mês.

No 1º trimestre de 2020, no entanto, o país ainda ostenta um saldo positivo de 97,27 mil postos formais de trabalho. Esse mesmo comportamento é observado em todos os segmentos produtivos com exceção das atividades de *Comércio e reparação de veículos automotores*, que registrou a extinção de 112,54 mil empregos no período em questão.

4. Inflação

A inflação do Brasil, medida pelo IPCA, ficou em 0,53% no 1º trimestre de 2020 de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No período os segmentos que apresentaram as maiores altas foram os serviços de *Educação* (+4,47%), em função do período de reajuste no valor das matrículas e mensalidades e o de *Alimentação e bebidas* (+1,63%). No sentido contrário, os *Artigos de residência* (-1,23%), *Vestuário* (-1,0%) e serviços de *Transporte* (-0,8%) registraram deflação no acumulado entre janeiro e março de 2020.

A evolução bem-comportada dos preços e a predominância de uma conjuntura deflacionista diante da queda do nível de atividade da economia brasileira devem induzir a inflação a ficar abaixo do centro da meta estipulada pelo Banco Central (+4,0%) durante todo o ano de 2020. As expectativas de mercado apontam que, na verdade, esse indicador deve chegar ao fim do ano a 1,53%³, valor que é abaixo do limite inferior das bandas de inflação (2,5%). No acumulado em 12 meses, o IPCA registra alta de 3,30%.

5. Política fiscal

O déficit primário do Governo Federal ficou em R\$ 2,80 bilhões no 1º trimestre de 2020, valor que representa uma queda de 48,1% em relação ao saldo negativo de R\$ 5,41 bilhões registrado no mesmo período de 2019, de acordo com os dados divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional.

As contas públicas, assim como os demais indicadores econômicos apresentados, estão suscetíveis aos impactos negativos da redução do ritmo das atividades produtivas do país, uma vez que isso afeta a arrecadação e, conseqüentemente, a receita disponível. Nesse sentido, espera-se uma piora nos resultados primários do Governo Central nos próximos meses e que deve ser agravada com o aumento dos gastos com transferências aos Estados e Municípios, bem como os direcionados a programas assistência financeira à população.

³ Boletim Focus do Banco Central do Brasil (BCB) de 08 de junho de 2020.

Seção II

Atividade Econômica do Distrito Federal

1. Sumário

A leitura do Idecon-DF apresenta um quadro de desaceleração da recuperação econômica local. Na comparação com o mesmo trimestre de 2019, houve avanço de 1,2% do indicador. No que diz respeito aos grandes setores da atividade, a Agropecuária variou +2,3%, a Indústria +0,5% e os Serviços +1,2%. Os destaques vão para a Construção, que manteve sua trajetória recente de crescimento, com variação de +0,8%, e o Comércio, que apresentou expansão simétrica, mas bem abaixo dos +4,5% realizados no trimestre anterior.

Com esse resultado, a economia do Distrito Federal acumula em quatro trimestres alta de +1,8%. A recuperação da Indústria e os bons números de alguns segmentos do setor privado de Serviços foram fatores essenciais para o alcance desse resultado.

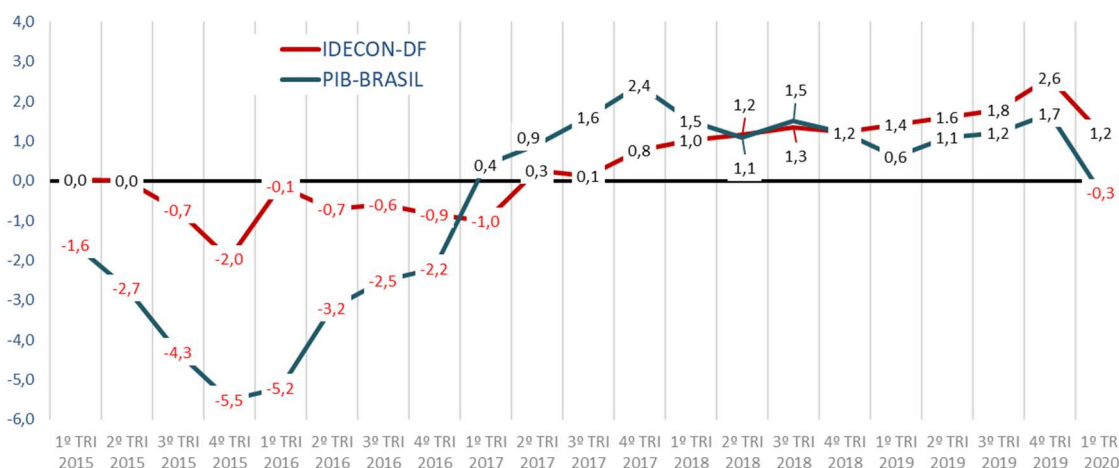
As pesquisas setoriais, divulgadas pelo IBGE, auxiliam a entender em parte esse comportamento. De um lado, a Pesquisa Mensal do Comércio Ampliado (PMC) aponta negativa de -1,3% no volume de transações do trimestre. De outro, a Pesquisa Mensal dos Serviços (PMS) registrou alta de 0,5% no mesmo período, sendo puxada pelo segmento de Transportes.

Entre os indicadores auxiliares, novamente se destaca a expansão do saldo de crédito a pessoas físicas, que influencia positivamente o consumo das famílias no Distrito Federal. Já um ponto negativo é o aumento da taxa de inadimplência local, bem como o crescimento pontual das importações, que eleva o déficit da balança comercial local.

2. Índice de Desempenho Econômico do Distrito Federal – Idecon-DF

A trajetória recente da economia do Distrito Federal é de consistente recuperação desde 2017, quando começou a apontar variações positivas após sete trimestres de recessão. Ainda assim, a variação apontada pelo Idecon-DF, no primeiro trimestre de 2020, foi de +1,2%, bastante abaixo da verificada ao final de 2019, quando foi de +2,6%. Destaca-se que a larga paralisação econômica em função da Covid-19, iniciada na segunda quinzena de março de 2020, é captada apenas tangencialmente nos indicadores do primeiro trimestre do ano. O valor ainda se mantém superior à variação do PIB do Brasil, calculado pelo IBGE, de -0,3%, assim como foi ao longo de 2019 (Gráfico 1).

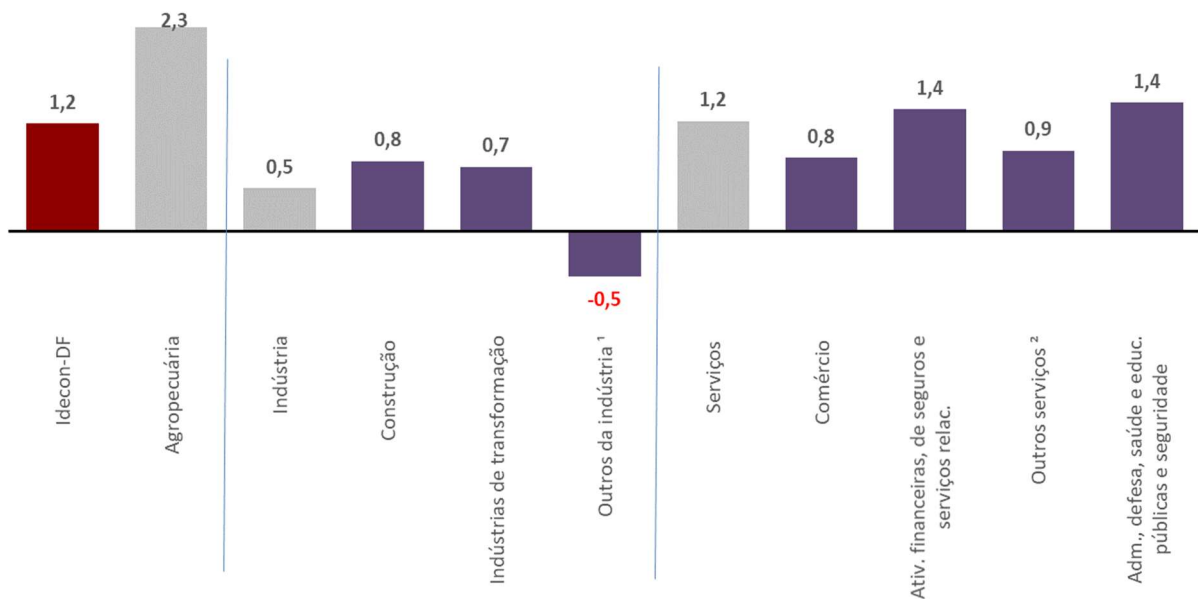
Gráfico 01 - PIB-Brasil e Idecon-DF: Variação trimestral do nível de atividade econômica - Trimestre contra mesmo trimestre do ano anterior – 1º trimestre de 2015 a 1º trimestre de 2020 (%)



Fonte: IBGE e CODEPLAN. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN

No primeiro trimestre de 2020, o Idecon-DF apresentou variação positiva em quase todos os seus setores, com exceção do segmento *Outros da indústria* (que inclui *Indústrias Extrativas e Eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana*). A *Agropecuária* registrou crescimento de +2,3% em relação ao primeiro trimestre de 2019, enquanto a *Indústria* mostrou alta de +0,5%. Já o setor de *Serviços*, responsável por quase 94,9% da economia do DF, cresceu +1,2% no período, ajudando a explicar o valor do índice geral no trimestre (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Idecon-DF: Variação trimestral do nível de atividade econômica, por segmento – Trimestre contra mesmo trimestre do ano anterior – 1º trimestre de 2020 (%)



Fonte: IBGE e CODEPLAN. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN

¹ Extrativa mineral e Eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana.

² Informação e Comunicação; Alojamento e alimentação; Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços; Educação e saúde mercantis; e Serviços domésticos; Transporte, armazenagem e correio e Atividades imobiliárias.

Na *Agropecuária*, o resultado expressivo foi consequência de boas safras dos dois principais produtos do primeiro trimestre, milho e soja. No caso do milho, houve um aumento de +15,6% na produção em relação ao mesmo período de 2019, enquanto no caso da soja, a variação foi de +14,1%.

A *Indústria* apontou uma variação positiva, mesmo que tímida, de +0,5%. A *Construção* (+0,8%) continua apresentando o comportamento de crescimento que se iniciou no segundo semestre de 2019, após vários anos de retrações consecutivas. Esse resultado é importante pois a *Construção* é um importante mobilizador da economia.

Já a *Indústria de transformação* registrou variação semelhante, de +0,7%, enquanto os *Outros da indústria* apresentaram retração de -0,5%, contribuindo para o resultado ameno do setor. Esse último segmento foi prejudicado pela paralisação econômica, que levou a um menor consumo de eletricidade e água por parte do comércio e de empresas.

De acordo com a Federação das Indústrias do Distrito Federal (FIBRA), o índice de confiança do empresário industrial, que fechou dezembro em 63,4 pontos, chegou a atingir 65,5 em fevereiro, antes de cair para 62,6% em março face à incerteza levantada pela Covid-19. Esse comportamento corrobora a trajetória crescente, mas cautelosa, do setor.

É importante destacar que a *Agropecuária* é considerada um setor essencial, de forma que os efeitos da paralisação econômica provocado pela pandemia do coronavírus tendem a ser mais amenos nesse setor do que no de *Serviços*.

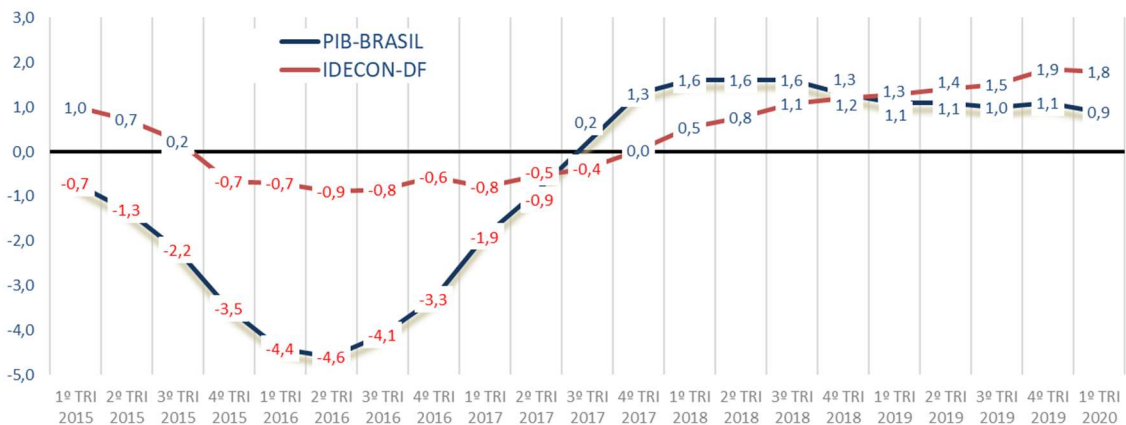
Em relação a esse último setor, houve um crescimento de +1,2% frente ao mesmo período do ano anterior. Apesar de positivo, esse resultado se encontra abaixo do verificado no trimestre anterior, de +2,4%, especialmente dentro do *Comércio*, cuja variação trimestral foi de +0,8%, com a ressalva de que o bom resultado no fim do ano anterior se deveu em parte à liberação de recursos do FGTS e do PIS/PASEP para o consumo das famílias. Ainda assim, o resultado positivo do segmento é fruto de fatores como uma política de juros historicamente baixos, uma expansão do saldo de crédito a pessoas físicas e uma taxa de desemprego abaixo da verificada no início do ano anterior, que superaram as dificuldades impostas pelo fechamento do segmento no fim de março.

Esses fatores também impactam as *Atividades financeiras*, que cresceram +1,4% no período. Finalmente, a *Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade*, um dos principais componentes na economia do Distrito Federal, tiveram aumento também de +1,4% no primeiro trimestre de 2020.

Taxa acumulada em quatro trimestres

O Idecon-DF registrou variação de +1,8% no índice acumulado em quatro trimestres findos no primeiro trimestre de 2020. O resultado ficou novamente acima do verificado para o Brasil, de +0,9%. O Gráfico 3 apresenta o comportamento acumulado em quatro trimestres do Idecon-DF e do PIB brasileiro. Nota-se que a trajetória do Idecon-DF observada, mostra maior estabilidade ao longo do tempo e uma tendência de crescimento que se iniciou em 2017. Em contrapartida, a trajetória do Brasil passou por um processo de estagnação em 2019, desde qual indica movimento positivo, porém estável, em torno de 1,0% de variação.

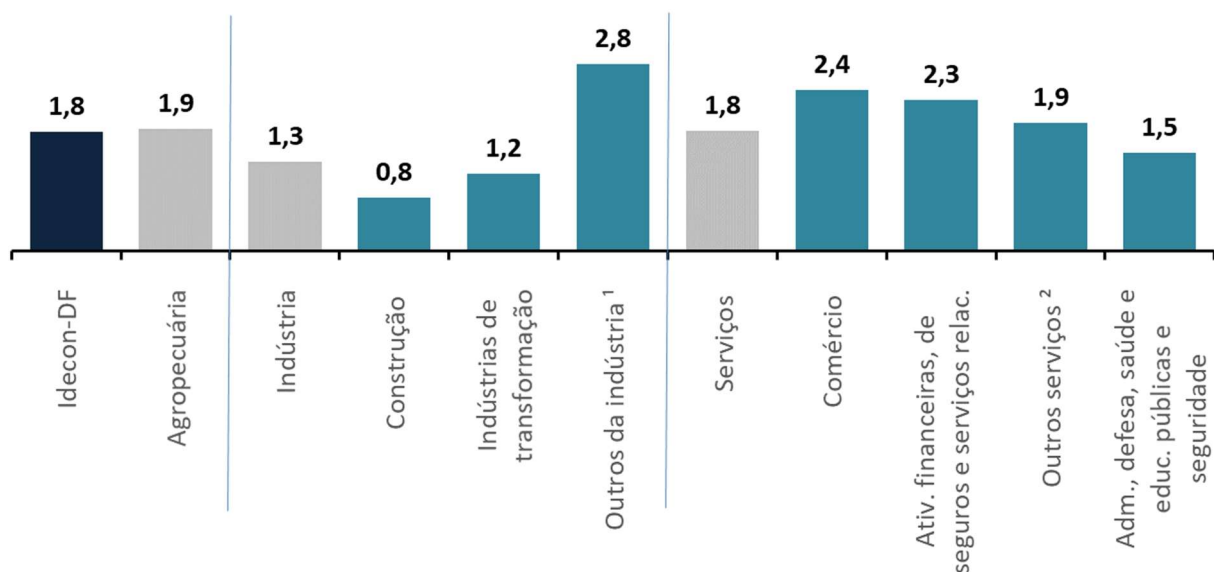
Gráfico 3 – PIB-Brasil e Idecon-DF: Variação do nível de atividade econômica – Taxa acumulada em quatro trimestres contra igual período do ano anterior – 1º trimestre de 2015 a 1º trimestre de 2020 (%)



Fonte: IBGE e CODEPLAN. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN

A desagregação das taxas acumuladas em quatro trimestres do Idecon-DF, apresentada no Gráfico 4, permite identificar os segmentos responsáveis pelo comportamento da atividade econômica local ao longo do último ano. Os números se mantêm positivos para todos os grandes setores, com crescimento de +1,9% da *Agropecuária*, +1,3% da *Indústria* e +1,8% dos *Serviços*.

Gráfico 4 – Idecon-DF: Variação trimestral do nível de atividade econômica, por segmento – Taxa acumulada em quatro trimestres – 1º trimestre de 2020 (%)



Fonte: IBGE e CODEPLAN. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN

Existem algumas importantes diferenças, porém, evidenciadas aqui. A primeira é o resultado dos *Outros da indústria*, que apresentam o melhor desempenho dentro da *Indústria* (+2,8%). Já a segunda se refere ao *Comércio*, que, apesar do resultado ameno no início de 2020, ainda se mantém como o principal motor dentro dos *Serviços*, com crescimento de +2,4%.

Conforme visto, os números do Idecon-DF apontam o início de uma desaceleração da recuperação econômica que vinha sido constatada ao longo de 2019. O resultado de todos os grandes setores foi positivo no trimestre, apesar de registrar um crescimento menor em segmentos importantes, como o de *Comércio*, em relação ao último trimestre de 2019. Um destaque positivo é a *Construção*, que continua apresentando resultados positivos nesse início de 2020. A seguir serão analisadas duas pesquisas conjunturais do IBGE que detalham melhor o desempenho do comércio e do setor de serviços não financeiros no trimestre.

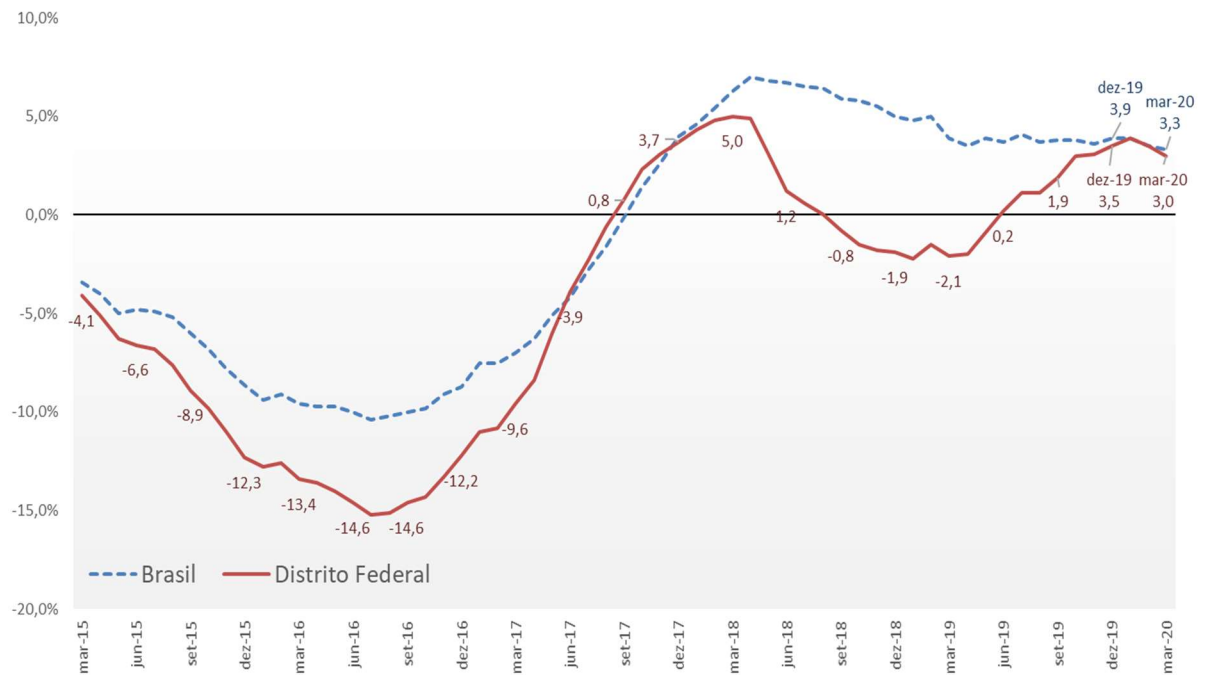
3. Comércio

Assim como no Idecon-DF, a leitura dos dados da Pesquisa Mensal do Comércio Ampliado (PMC), divulgada pelo IBGE, mostra o início de uma inversão no desempenho positivo recente do comércio no Distrito Federal.

Cabe lembrar que o indicador de comércio do Idecon-DF diz respeito ao comércio varejista e atacadista, enquanto a PMC refere-se somente ao varejo. Os números da PMC apresentam um resultado no acumulado em 12 meses de +3,0%, 5,1 pontos percentuais (p.p.) acima do resultado do primeiro trimestre de 2019 (-2,1%).

O Gráfico 5 expõe o comportamento recente do volume do comércio do Distrito Federal. Houve uma clara tendência de crescimento a partir de abril de 2019 após resultados negativos ao longo de 2018, sendo que os números positivos começaram a ser registrados a partir de junho. Apenas em março de 2020 que esse comportamento recente se reverteu, com queda do indicador de 3,5%, percentual verificado no mês passado, para 3,0%. De fato, o resultado da PMC Ampliado em março em relação a fevereiro com ajuste sazonal foi de retração de 18,7%. Isso ilustra os primeiros efeitos da Covid-19 sobre o comércio local. Nota-se que a PMC local tem convergido em direção ao resultado brasileiro, que foi de +3,3% no acumulado em 12 meses.

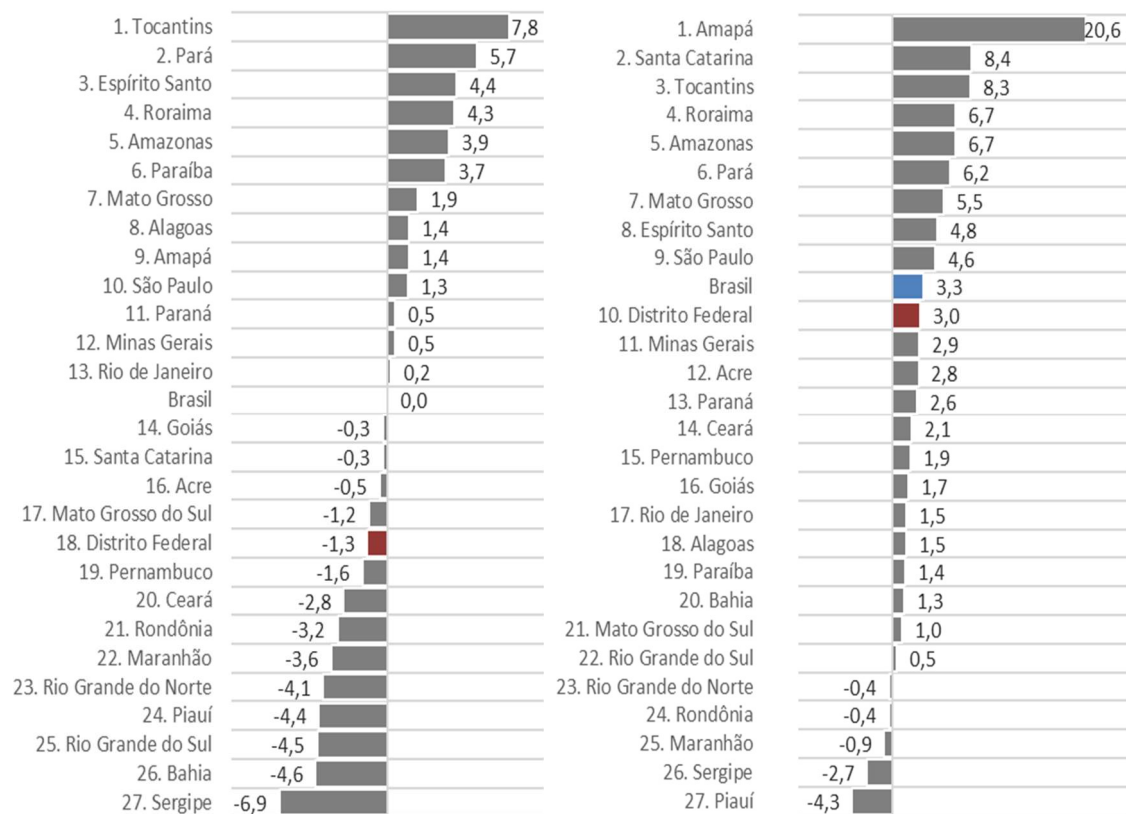
Gráfico 5 – PMC: Variação acumulada em 12 meses do volume de vendas no Comércio Varejista Ampliado – Brasil e Distrito Federal – março de 2015 a março de 2020 (%)



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN

A retração verificada até meados de 2019 manteve o DF nas últimas colocações entre as unidades federativas no acumulado em 12 meses por um bom tempo. Para ilustrar o tamanho da recuperação do setor alcançada a partir de abril daquele ano, em março de 2019, o DF ocupava a última colocação no ranking entre as Unidades da Federação (UFs), e, um ano depois, se encontra no 10º lugar, pouco abaixo do resultado nacional. No acumulado no ano de 2020, porém, o resultado é menos positivo, apresentando variação de -1,3% nos primeiros três meses de 2020 e ocupando a 18ª posição entre as Unidades da Federação.

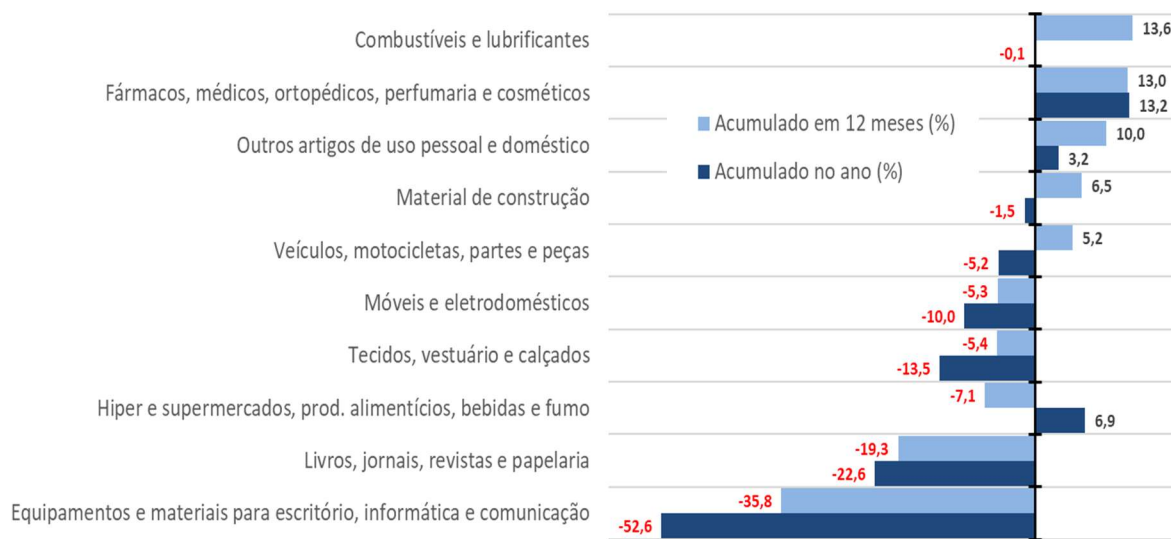
Gráfico 6 – PMC: Volume de vendas no Comércio Varejista Ampliado – Variação acumulada no ano (esquerda) e em 12 meses (direta) – Brasil e Unidades Federativas – março de 2020 (%)



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN

Os resultados da PMC desagregada por segmentos são apresentados no Gráfico 7. A retração do comércio no primeiro trimestre do ano se realizou em quase todos os segmentos, o que explica a variação negativa do índice no período.

Gráfico 7 – PMC: Variação do volume de vendas no Comércio Varejista Ampliado, por segmentos – Distrito Federal – Variação acumulada no ano e em 12 meses – março de 2020 (%)



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN

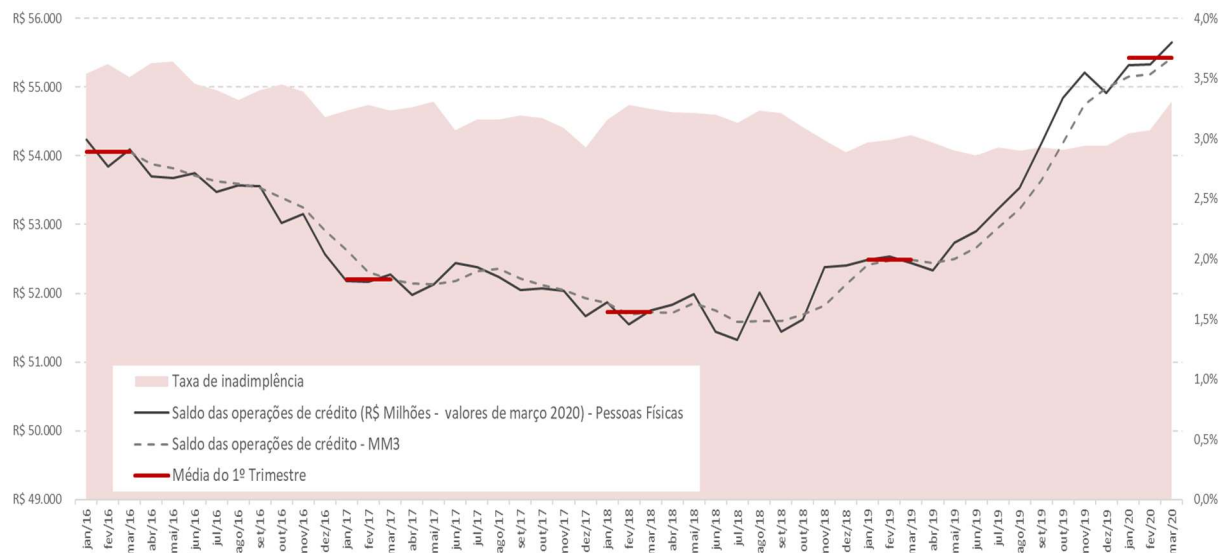
Três segmentos apontaram crescimento, sendo eles *Fármacos, médicos, ortopédicos, perfumaria e cosméticos* (+13,2%), *Hiper e supermercados, prod. Alimentícios, bebidas e fumo* (+6,9%) e *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (+3,2%). Todos os três ilustram a maior demanda por bens alimentícios e de higiene, assim como por medicamentos, em face à incerteza acerca da Covid-19. Pelo outro lado, os demais segmentos apresentaram variações que vão de quase nulas (-0,1%, no caso de *Combustíveis e lubrificantes*) até -35,8%, para os *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação*, que já apresentavam resultados tímidos e uma amarga queda de -52,6% no acumulado em 12 meses.

A PMC é uma pesquisa que só avalia o comércio varejista local, isto é, vendas realizadas localmente a consumidores finais. Ela poderia, em um primeiro momento, ser uma medida do consumo das famílias do Distrito Federal. Há, contudo, outros indicadores que também podem informar sobre o consumo local. Entre eles, cita-se o crédito à pessoa física, a taxa de inadimplência e a massa de rendimentos.

A evolução do saldo de crédito a pessoas físicas no DF em valores reais e a taxa de inadimplência são apresentadas no Gráfico 8. Observa-se uma clara evolução a partir de abril de 2019, com o saldo de crédito variando +5,61% no primeiro trimestre de 2020 frente ao primeiro trimestre de 2019. Por outro lado, a taxa de inadimplência, que encerrou 2019 em 2,94%, tendo permanecido bastante estável na maior parte do ano, atingiu o nível de 3,31% em março de 2020. Esse é o maior valor para série desde maio de 2017 e representa um crescimento de +0,24 p.p. em relação ao mês anterior, apesar de um patamar

elevado de saldo de crédito a pessoas físicas e uma taxa Selic historicamente baixa (encerrando o trimestre em 3,75%).

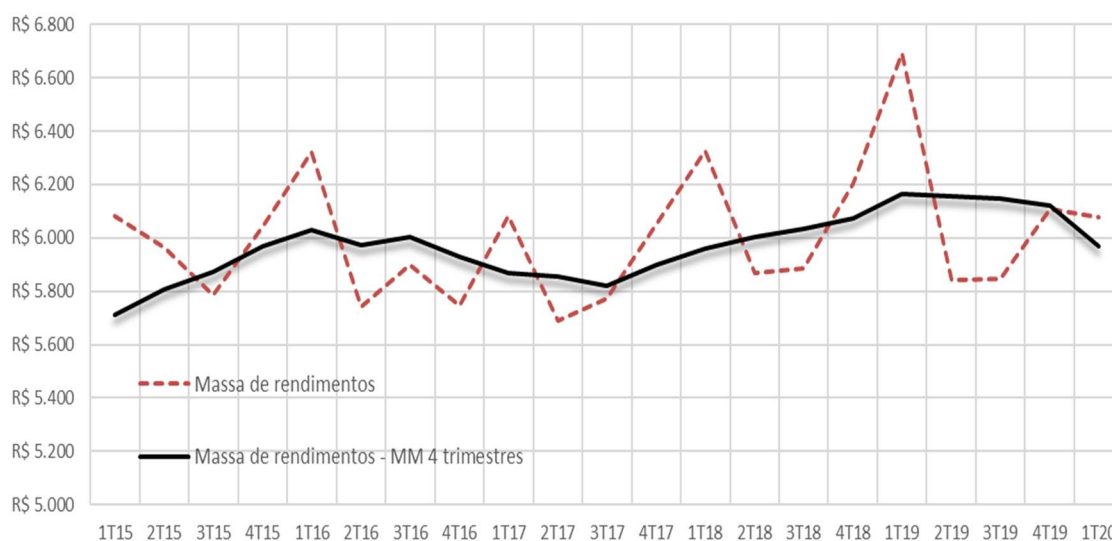
Gráfico 8 – Crédito concedido: Saldo de crédito a pessoas físicas (R\$ valores, a preços de março de 2020) e taxa de inadimplência de pessoas físicas (%) – Distrito Federal – janeiro de 2016 a março de 2020



Fonte: Séries históricas do BCB. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN

Já a massa de rendimentos, que se relaciona com o potencial de consumo das famílias locais, ficou levemente abaixo no primeiro trimestre de 2020 do que no quarto trimestre de 2019, não demonstrando o pico sazonal normalmente evidenciado no início de cada ano. Assim, sua média móvel aponta queda na série, que pode ser observada no Gráfico 9, e reflete, conjuntamente com o aumento da taxa de inadimplência, a paralisação da economia, especialmente informal, que se iniciou em meados de março.

Gráfico 9 – PNADCT: Massa de rendimento real de todos os trabalhos, efetivamente recebido no mês de referência – Distrito Federal – 1º trimestre de 2015 ao 1º trimestre de 2020 – R\$ milhões



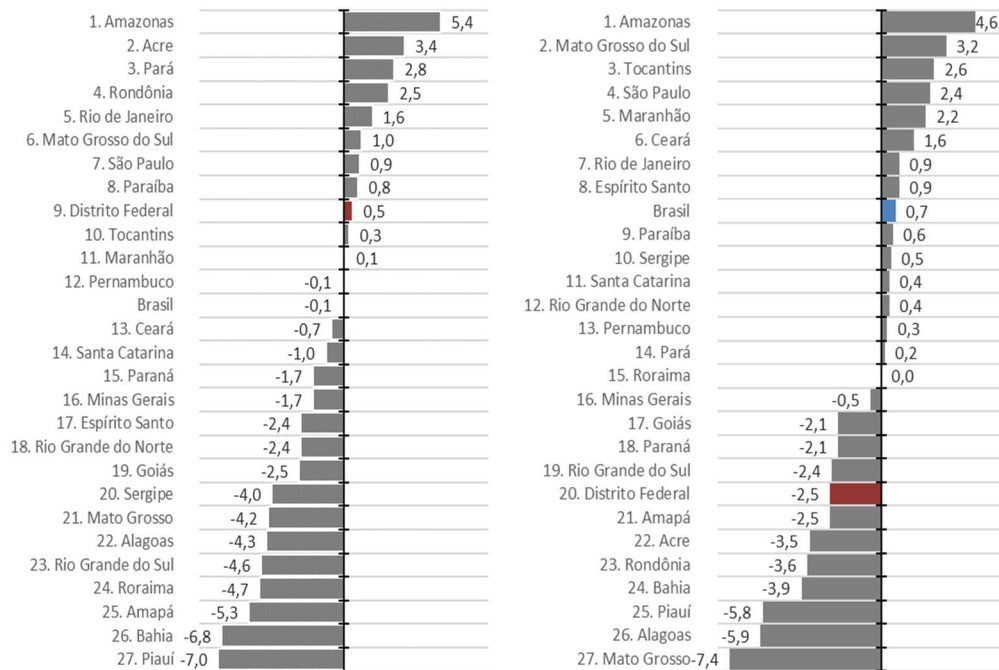
Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN

4. Serviços

A leitura da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), divulgada pelo IBGE, mostra um cenário um pouco diferente do reportado pelo indicador “Outros Serviços” do Idecon-DF. Mais especificamente, houve uma retração de -2,5% no volume de serviços locais no acumulado em 12 meses em março de 2020, enquanto o indicador do Idecon-DF para esses serviços mostrou um crescimento de +1,9% no mesmo período.

Na comparação com as demais regiões pesquisadas, o Distrito Federal ocupa a vigésima posição (Gráfico 10). No primeiro trimestre do ano, porém, seu resultado foi bem mais positivo (variação de +0,5%), subindo para a 9ª posição no ranking e ultrapassando a média brasileira.

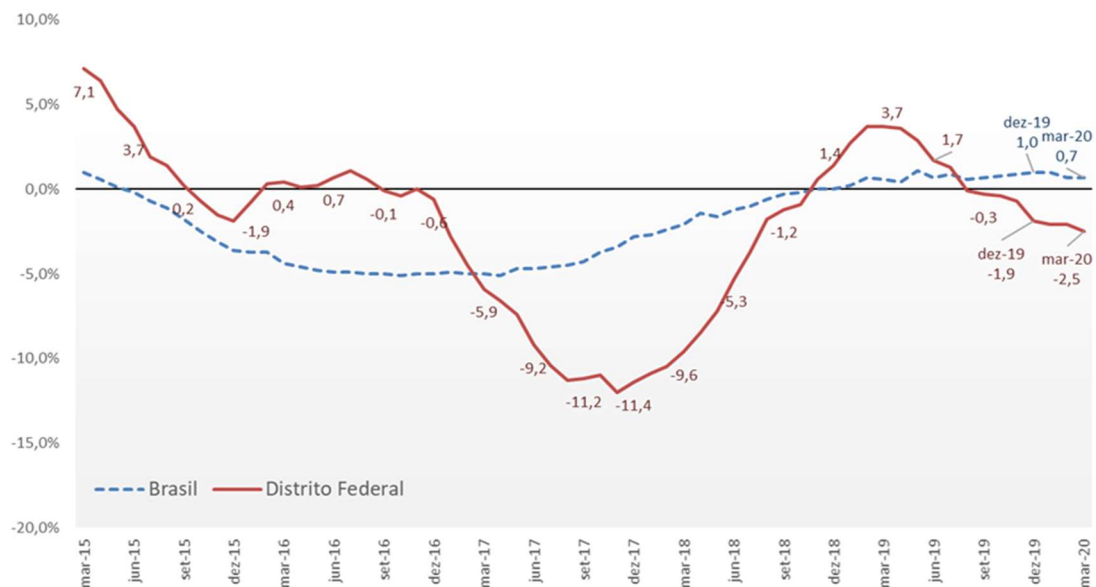
Gráfico 10 – PMS: Variação no volume de serviços acumulada no ano (esquerda) e em 12 meses (direta) – Brasil e Unidades Federativas – março de 2020 (%)



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN

O acumulado em 12 meses mostra uma mudança de direção na trajetória da PMS do Distrito Federal ao longo do primeiro semestre de 2019, quando ainda registrava crescimento (Gráfico 11). De agosto em diante, o volume de serviços em 12 meses voltou a registrar números negativos, se distanciando do resultado para o Brasil.

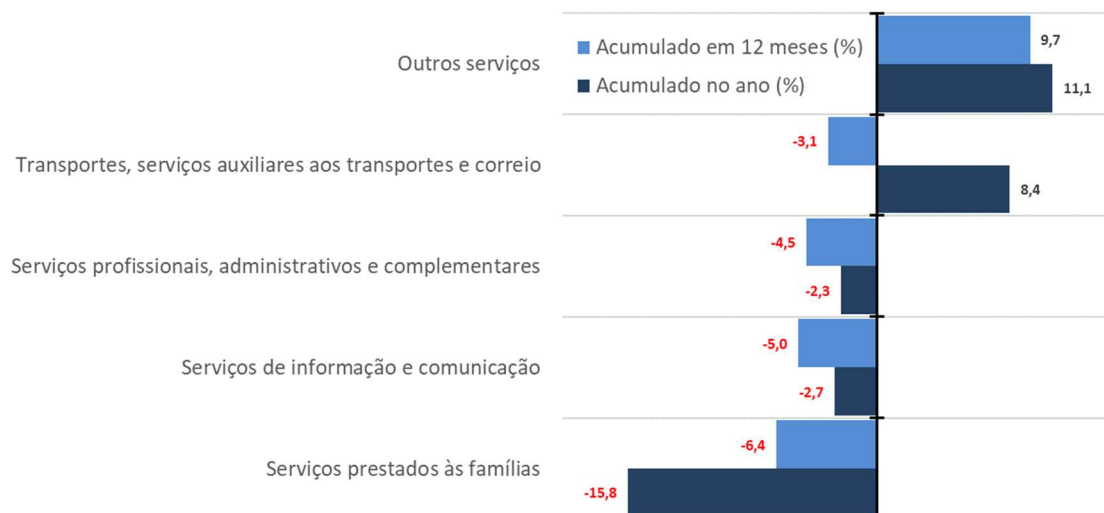
Gráfico 11 – PMS: Variação no volume de serviços acumulada em 12 meses – Brasil e Distrito Federal – Março de 2015 a março de 2020 (%)



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN

Para entender o comportamento recente dos serviços locais, olha-se para os segmentos desagregados da PMS no Gráfico 12. Apesar do resultado geral positivo no primeiro trimestre de 2020, os *Serviços prestados às famílias* caíram -15,8% no período, demonstrando mais uma vez o efeito da Covid-19 sobre a economia do Distrito Federal. Conjuntamente com uma retração de -2,7% nos *Serviços de informação e comunicação* e de -2,3% nos *Serviços profissionais, administrativos e complementares*, apresenta-se um quadro de baixa demanda por serviços às empresas e domicílios. Apenas os *Transportes, serviços auxiliares e correios* (+8,4%), considerados essenciais, e os *Outros serviços* (+11,1%) apontaram crescimento, levando o resultado geral para um valor positivo, mas próximo de nulo. A trajetória em 12 meses ratifica esse desempenho, com exceção dos Transportes.

Gráfico 12 – PMS: Variação no volume de serviços acumulada no ano e em 12 meses, por segmento – Distrito Federal – março de 2020 (%)



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN

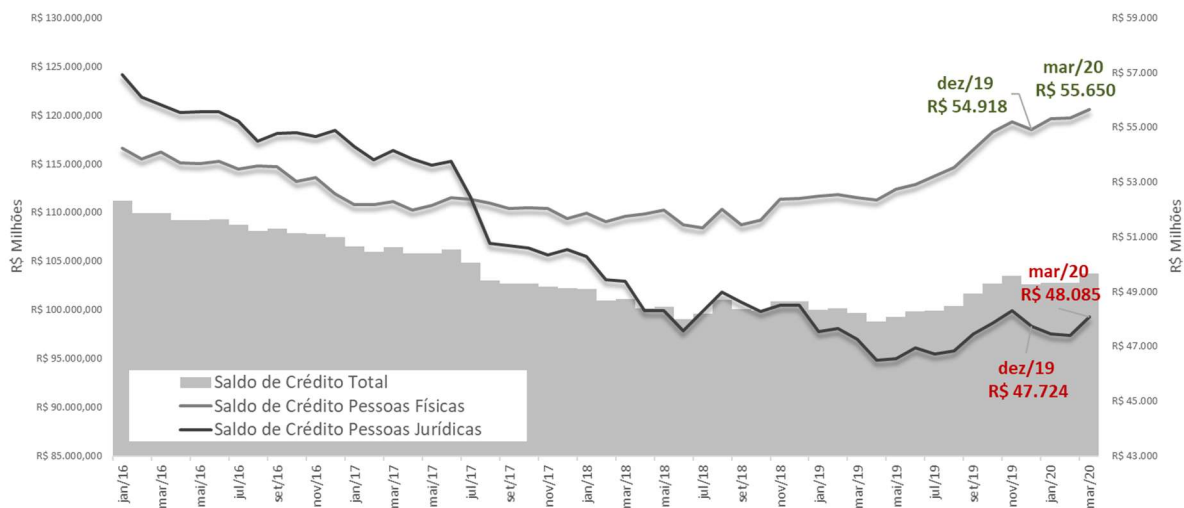
5. Indicadores auxiliares

Um dos indicadores que auxiliam na análise do desempenho econômico do Distrito Federal é o saldo de crédito. É possível observar, no Gráfico 13, que houve uma recuperação do saldo de crédito total ao longo de 2019, permanecendo estável a partir de novembro. Dessa forma, o primeiro trimestre do ano apontou alta de +3,10% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A movimentação financeira e o financiamento de famílias e empresas se refletem diretamente no nível de atividade econômica da região, uma vez que o crédito financia os investimentos, o consumo das famílias e o capital de giro de empresas para manutenção de suas atividades rotineiras. A melhora do saldo total está ligada à política de juros baixos definida pelo Conselho de Política Monetária (Copom) com o objetivo de estimular a economia, tendo a taxa Selic alcançado patamares historicamente baixos no primeiro trimestre de 2020, encerrando o mês de março em 3,75%⁴.

Em relação ao crédito a pessoas jurídicas, houve uma tendência de crescimento no segundo semestre de 2019 que foi revertida entre novembro daquele ano e fevereiro de 2020. O mês de março, porém, foi de alta no indicador, de forma que o primeiro trimestre de 2020 apresentou um saldo de crédito a pessoas jurídicas superior, embora próximo, ao realizado no início de 2019 (crescimento de 0,33%). Isso é positivo para a economia do Distrito Federal, uma vez que o crédito financia não apenas os investimentos das empresas, mas, também, o capital de giro, duplicatas e o consumo intermediário das empresas. Destarte, um montante maior de operações de crédito implica em mais recursos para a manutenção e recuperação das atividades econômicas empresariais locais, sendo especialmente necessário em momentos de choques fortes na atividade da região, como o vivenciado atualmente.

Gráfico 13 – Crédito concedido: Saldo das operações de crédito concedido a pessoas físicas e jurídicas – Distrito Federal – janeiro de 2016 a março de 2020 - R\$, a preços de março de 2020



Fonte: Séries históricas do BCB. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN

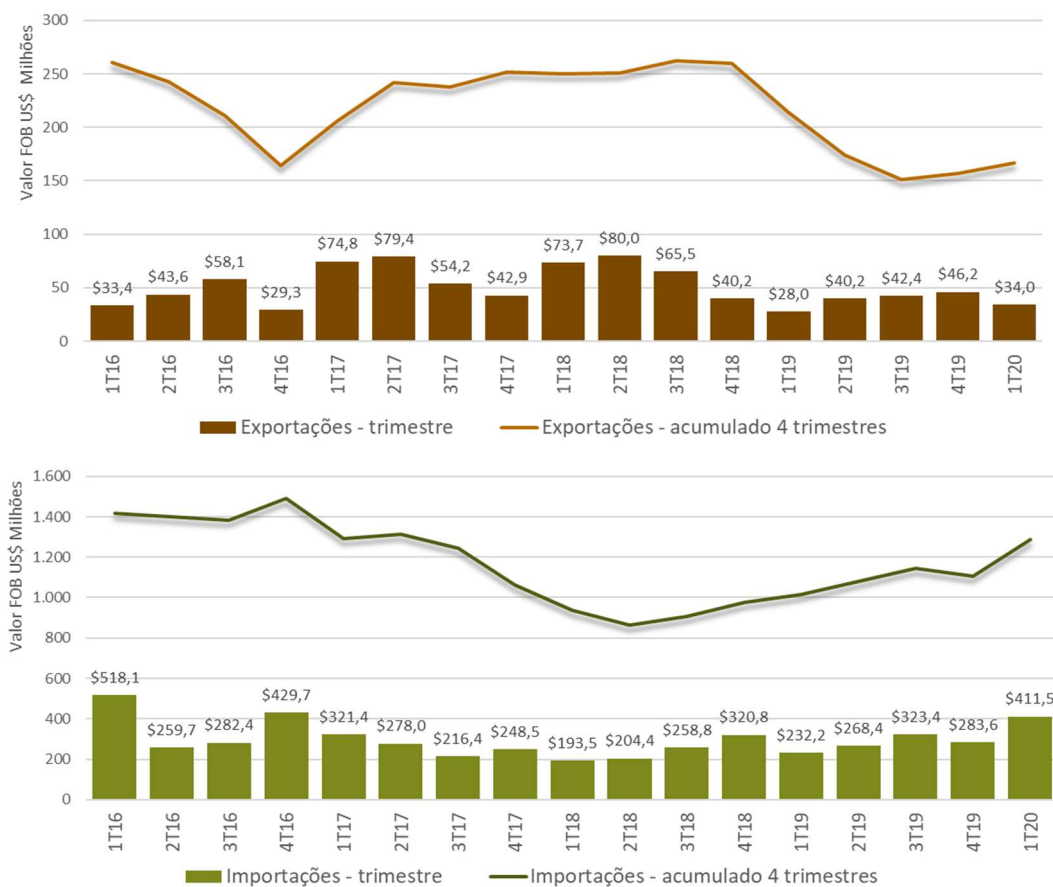
⁴ Na reunião do Copom de 6 de maio de 2020, a Selic sofreu novo corte e meta perseguida pelo Banco Central foi fixada em 3,0% a.a.

Essa queda recente no saldo de crédito a pessoas jurídicas não se realizou, porém, para as pessoas físicas, que vem em expansão desde meados de 2019 (com única exceção em dezembro daquele ano). Isso explica a relativa estabilidade do saldo de crédito total apesar da contração do crédito a pessoas jurídicas. Além disso, o saldo de crédito a pessoas físicas, desde meados de 2017, tem sido maior em valores absolutos do que o saldo de crédito a pessoas jurídicas.

O crédito a pessoas físicas possui boa relação com o consumo das famílias e o volume de comércio, além do crédito imobiliário e a construção, principalmente no que toca aos bens duráveis, como, por exemplo, automóveis e geladeiras, além dos semiduráveis, como vestuários e calçados. Cabe mencionar que o crédito a pessoas físicas no Distrito Federal tem a característica de ser estável, provavelmente, devido à sua característica peculiar de possuir uma massa salarial baseada em salários do setor público.

Outro indicador que auxilia no diagnóstico da economia local são as transações do DF com o resto do mundo. Os números agregados do comércio exterior para o DF estão apresentados no Gráfico 14. O primeiro trimestre de 2020 foi marcado por um pico acentuado nas importações locais, crescendo +77,18% em relação ao início de 2019, em uma série que já vinha em crescimento desde meados de 2018.

Gráfico 14 – Balança Comercial: Evolução das exportações e das importações – Distrito Federal – 1º trimestre de 2016 ao 1º trimestre de 2020 - US\$ milhões (FOB)

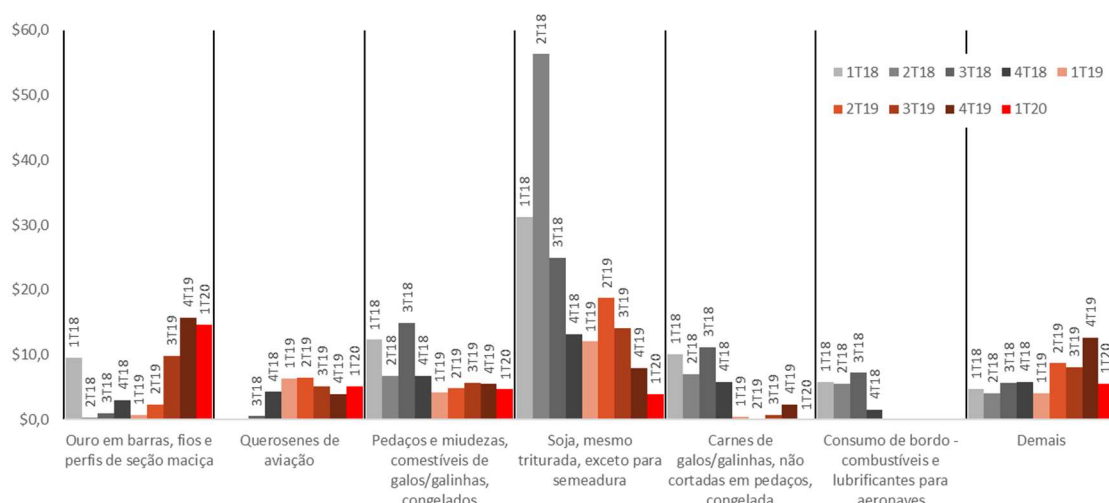


Fonte: Comex Stat/Ministério da Economia. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN

Cabe lembrar que as principais importações do DF dizem respeito a medicamentos e vacinas, isto é, compras públicas que têm por destino todo o país. Esse fator explica o comportamento das importações do trimestre, dada a maior demanda por esses bens em face à proliferação do novo coronavírus no país, e, também, o saldo negativo de balança comercial do Distrito Federal desde 1997.

Quanto às exportações, o comportamento do trimestre é de variação de +21,41% em relação ao primeiro trimestre de 2019. Apesar do crescimento, esse resultado foi favorecido pelas exportações constringidas do período de comparação, quando o DF apresentou o menor resultado trimestral na década. Assim, no acumulado em quatro trimestres, o início de 2020 ainda acumula queda de -22,01% em relação ao início do ano anterior, devido às retrações sucessivas das exportações até o terceiro trimestre de 2019. O Gráfico 15 mostra que o desempenho do primeiro trimestre de 2020 se concentrou predominantemente na exportação de ouro, que vem mostrando expansão e ratifica uma boa performance.

Gráfico 15 – Balança Comercial: Evolução das exportações das principais posições - Distrito Federal - 1º trimestre de 2018 ao 1º trimestre de 2020 - US\$ milhões (FOB)



Fonte: Comex Stat/Ministério da Economia. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN

Desta maneira, a análise dos principais indicadores da atividade local mostra uma desaceleração da trajetória de recuperação recente da economia do Distrito Federal, embora ainda apresente resultados mais positivos do que a economia nacional. Cabe lembrar dois fatores importantes: um, que os efeitos da paralisação econômica provocada pela Covid-19 é sentida apenas tangencialmente nos indicadores do primeiro trimestre, uma vez que ela se iniciou na segunda quinzena de março no Distrito Federal, e dois, que a economia do DF possui menor dinamismo em função da importância da administração pública no cenário local, de forma que sua reação tende a ser mais demorada, porém mais consistente ao longo do tempo, como pode ser verificado na série histórica do Idecon-DF.

Seção III

Análise de Preços

1. Sumário

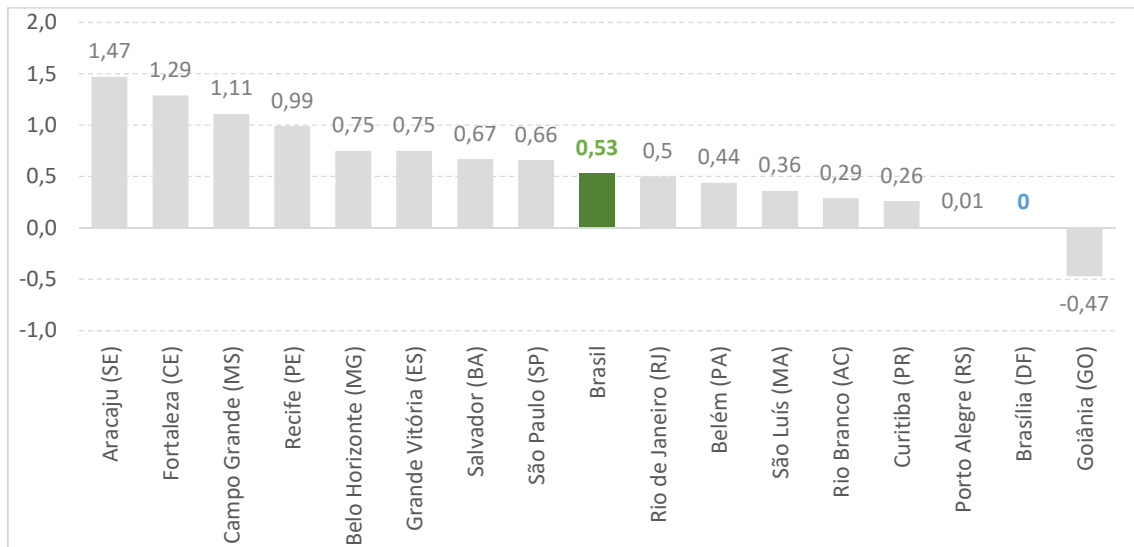
A inflação do Distrito Federal mensurada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi nula no 1º trimestre de 2020. O resultado foi o segundo menor dentre as regiões pesquisadas, ficando atrás apenas de Goiânia (GO). A redução registrada se deveu à contribuição positiva de itens como *Educação* (+0,36p.p.), *Saúde e cuidados pessoais* (+0,12 p.p.) e *Alimentação e bebidas*, entre outros, e as atenuações propiciadas pelos serviços de *Transportes* (-0,50 p.p.), de *Habitação* (-0,05 p.p.) e os produtos de *Vestuário* (-0,03 p.p.). O comportamento dos preços traz indícios iniciais do impacto das medidas de contenção da disseminação da Covid-19 sobre a economia da região.

No acumulado de 12 meses, o IPCA de Brasília (DF) observou uma desaceleração que aproximou o indicador do limite inferior da banda de inflação, alcançando +2,93%. A tendência de baixa deve perdurar ao longo do ano de 2020 de forma que a expectativa predominante é de que a variação de preços permaneça sempre abaixo do centro da meta perseguida pelo Banco Central que é de 4,0%.

2. Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA

O Distrito Federal acumulou variação nula no seu nível de preços mensurado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no primeiro trimestre de 2020. O resultado o colocou como a segunda Unidade da Federação (UF) com a menor variação percentual registrada no período entre as regiões pesquisadas do Brasil, registrando uma inflação maior apenas que Goiânia (GO) que teve deflação de -0,47% (Gráfico 01). No Brasil, a inflação trimestral alcançou 0,53% entre janeiro e março de 2020.

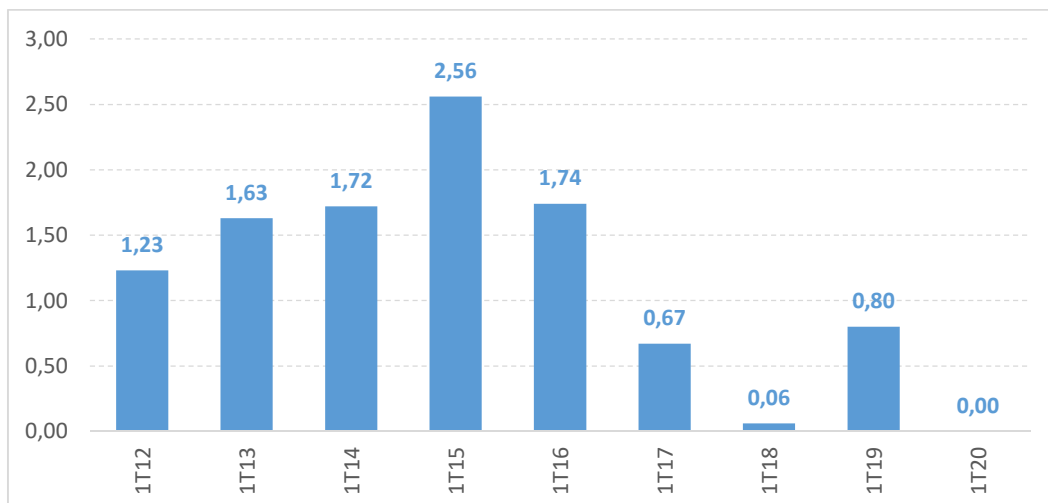
Gráfico 1 – IPCA: Variação trimestral em relação ao mesmo trimestre do ano anterior – Brasil e regiões – 1º trimestre de 2020 (%)



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN.

É importante notar que o percentual observado no 1º trimestre de 2020 para o IPCA do Distrito Federal foi o menor verificado na região desde 2012⁵, o início da série histórica divulgada pelo IBGE, conforme indicado no Gráfico 2. O comportamento de preços reflete, em parte, o desaquecimento da economia em função das restrições comerciais impostas pelo combate à Covid-19 e seu impacto negativo sobre a demanda.

Gráfico 2 – IPCA: Variação trimestral em relação ao mesmo trimestre do ano anterior – Distrito Federal – 1º trimestre de 2012 a 1º trimestre de 2020 – (%)

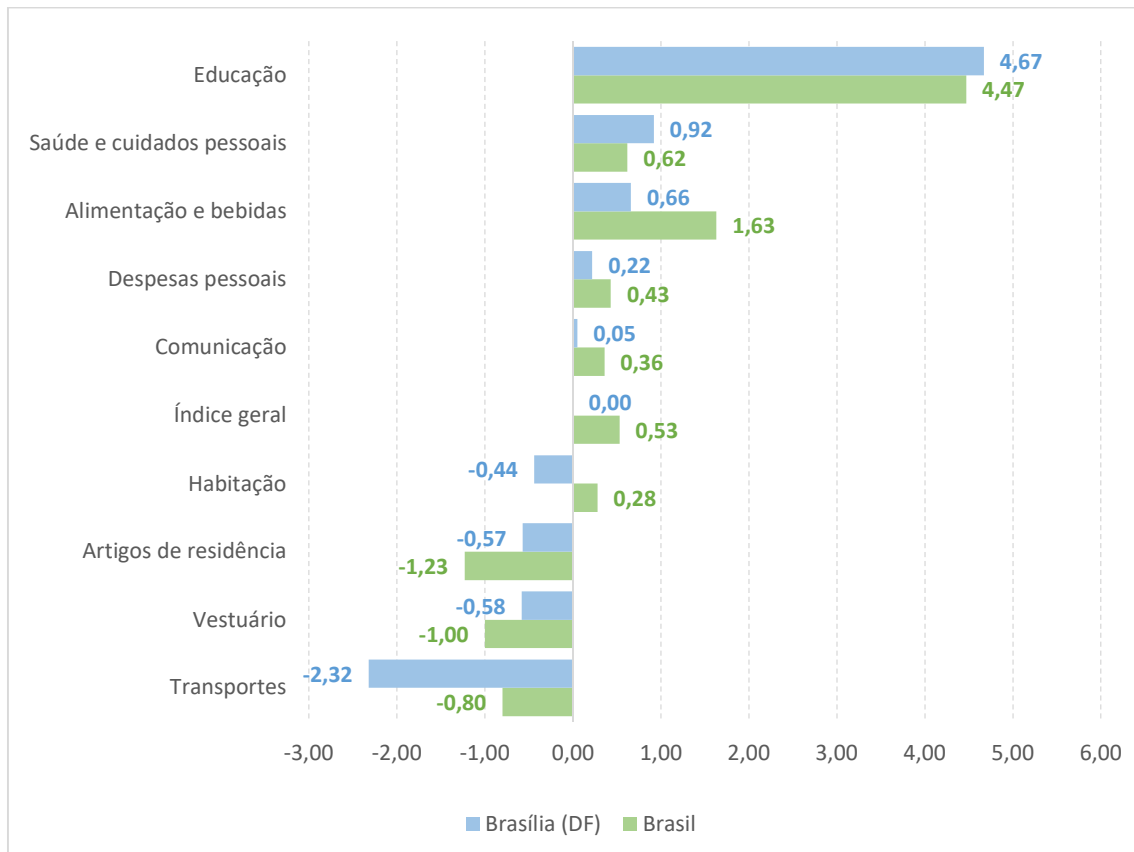


Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN

⁵ Em janeiro de 2020, o IBGE promoveu ajustes metodológicos no cálculo do IPCA em função da nova Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF). Dessa forma, houve uma quebra da série histórica e, conseqüentemente, a indisponibilidade de dados acumulados em 12 meses.

De acordo com o Gráfico 3, é possível perceber que os grandes grupos de bens e serviços da capital do país apresentaram, em sua maioria, a mesma tendência da apurada para o Brasil no primeiro trimestre de 2020, mas com diferentes intensidades. A única exceção foi Habitação que, no Distrito Federal, apresentou uma deflação de -0,44%, enquanto na média nacional a variação foi de +0,28%.

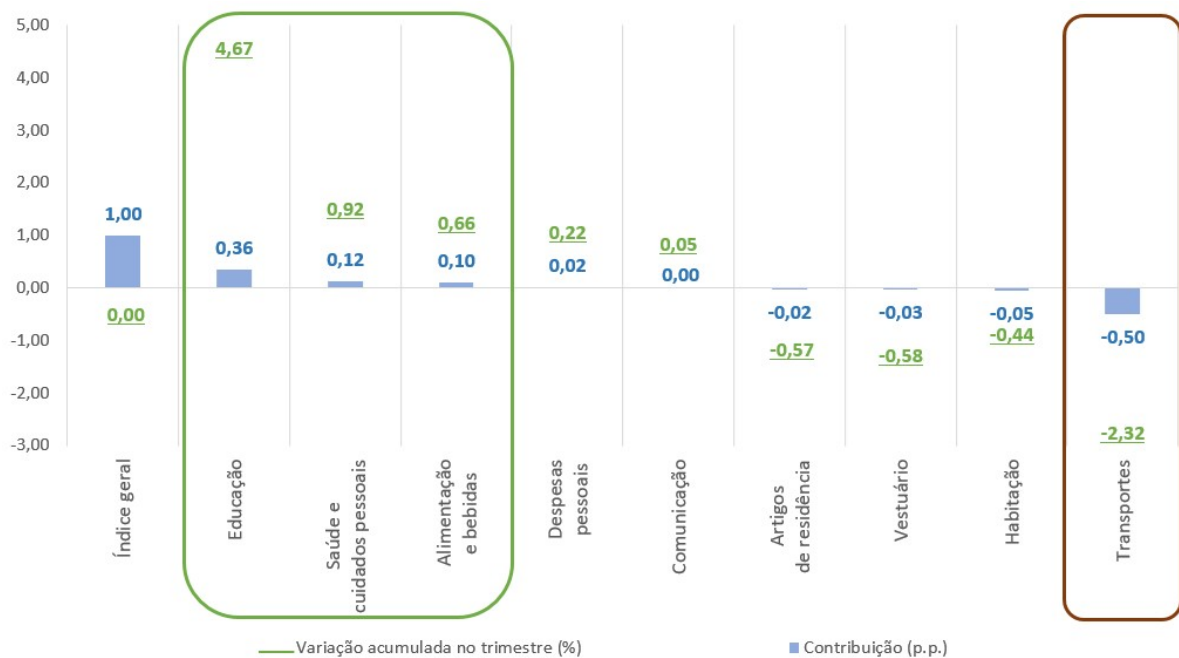
Gráfico 3 – IPCA: Variação trimestral em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, por grandes grupos – Brasil e Distrito Federal – 1º trimestre de 2020 – (%)



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN

A estabilidade dos preços na capital do país também pode ser analisada a partir dos grupos que repercutiram positivamente e negativamente para a inflação da região. Considerando os pesos que esses bens e serviços tem dentro da cesta de consumo da UF, é possível detalhar a contribuição em pontos percentuais de cada um deles para a inflação local conforme mostrado no Gráfico 4.

Gráfico 4 – IPCA: Contribuição dos grandes grupos de bens e serviços para a inflação – Distrito Federal – 1º trimestre de 2020 – p.p.



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN

Os serviços que mais favoreceram a alta do nível de preços da capital foram os de *Educação*, cuja variação foi +4,67%, de *Saúde e cuidados pessoais* (+0,92%) e de *Alimentação e bebidas* (+0,66%). Esses três grupos tiveram uma contribuição de 0,36 p.p., 0,12 p.p. e 0,10 p.p., respectivamente, para a inflação do período.

O comportamento do grupo *Educação* apresenta um forte componente sazonal em virtude dos reajustes nas mensalidades escolares e de cursos que ocorrem, normalmente, no primeiro trimestre de cada ano quando da volta às aulas, pressionando para cima os valores de contratação desses serviços.

Nos serviços de *Saúde e de cuidados especiais* a alta foi consequência do aumento de preços em *Planos de Saúde* (+1,81%), *Hospitalização e cirurgia* (+1,59%) e *Serviços laboratoriais* (+1,45%).

Por fim, *Alimentação e bebidas* tiveram seus preços pressionados para cima possivelmente devido à corrida aos mercados e ao aumento da demanda por esses produtos em função do receio da população de um desabastecimento, temor causado, por sua vez, pelas incertezas associadas à pandemia da Covid-19.

Ressalte-se que a inflação de alimentos preocupa por afetarem de forma diferente os indivíduos de classes sociais distintas. Afinal, o peso desses produtos no orçamento das famílias de mais baixa renda é maior que a

participação deles no das classes média e alta⁶. Dessa forma, o encarecimento desses gêneros pode comprometer a capacidade financeira das famílias mais modestas em adquirir alimentos.

No sentido contrário, os serviços de *Transportes* da capital brasileira registraram uma deflação de -2,32% (contribuição de -0,50 p.p.). O isolamento social promoveu uma redução significativa do uso desses serviços. Isso porque os deslocamentos por motivos de estudos foram suspensos com o fechamento das escolas; os de trabalho, atenuados pelo estabelecimento de teletrabalho, quando possível, e pela suspensão de diversas atividades comerciais; enquanto os demais ficaram limitados àqueles indispensáveis. Essa situação colaborou para que especificamente o *Transporte Público* (que inclui ônibus urbano, transporte interestadual, transporte por aplicativo, metrô, transporte escolar e passagens aéreas) apresentasse contração de -6,63% no período analisado.

Outro fator que pode ter favorecido a queda dos preços dos transportes foi a redução no preço dos combustíveis, insumo essencial para a atividade e que representa parcela importante da estrutura de custos das empresas que oferecem esse serviço. No primeiro trimestre de 2020, os combustíveis variaram negativamente em -4,89%.

Já, na análise dos subitens que compõem o IPCA, destacam-se os itens relacionados aos serviços de transporte, educação e saúde dentre os produtos que colaboraram para a alta de preços. De janeiro a março de 2020, a tarifa do *Ônibus urbano* variou positivamente em +10,00% e acrescentou +0,16p.p. à inflação local. O Ensino fundamental teve alta de +6,98% (+0,11p.p.), enquanto Plano de Saúde (+1,81%), Tomate (+38,29%) e Ensino superior (+3,24%) contribuíram com +0,10 p.p., +0,07p.p. e +0,07p.p., respectivamente, de acordo com as informações da Tabela 1.

Tabela 1 – IPCA: Subitens com as maiores (azul) e menores (laranja) contribuições no trimestre e suas contribuições para o índice – Distrito Federal – 1º trimestre de 2020 - % e p.p.

Subitens do IPCA	Variação (%)	Contribuição (p.p.)
Ônibus urbano	10,00	0,16
Ensino fundamental	6,98	0,11
Plano de saúde	1,81	0,10
Tomate	38,29	0,07
Ensino superior	3,24	0,07
Aparelho telefônico	-2,18	-0,03
Alcatra	-12,91	-0,03
Energia elétrica residencial	-3,40	-0,09
Passagem aérea	-26,08	-0,33
Gasolina	-5,04	-0,34

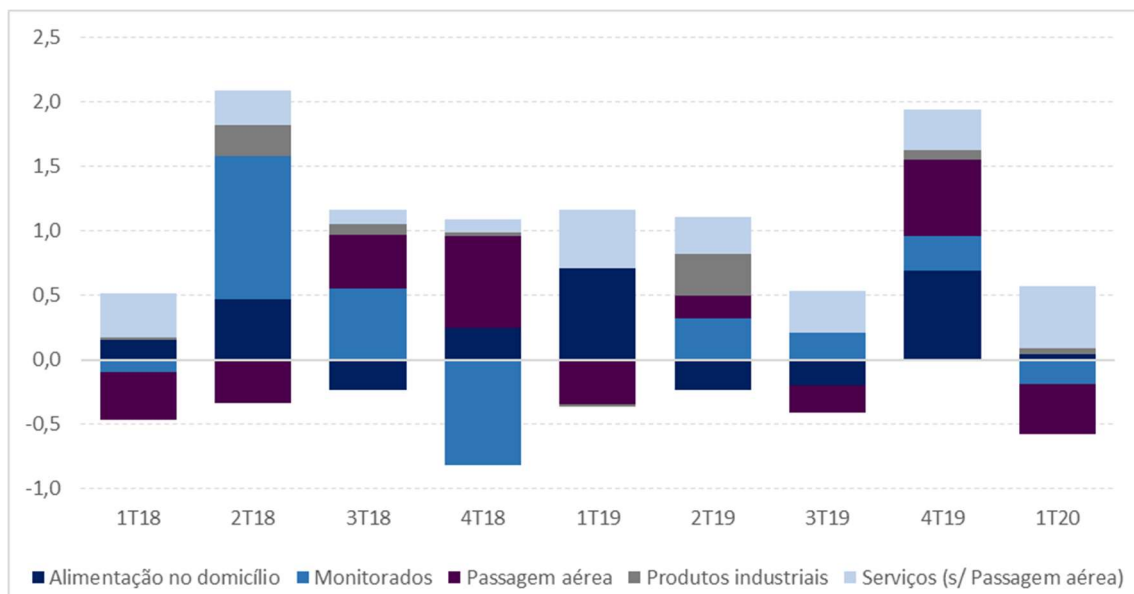
Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN

⁶ Para mais informações sobre os pesos utilizados no cálculo do IPCA e do INPC, acesse: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/NT-An%C3%A1lise-da-mudan%C3%A7a-na-estrutura-de-pondera%C3%A7%C3%A3o-do-IPCA-e-do-INPC.pdf>

A contribuição negativa mais forte do 1º trimestre de 2020 foi observada no preço praticado da venda de *Gasolina*, que apresentou contração de -5,04% e uma contribuição de -0,34 p.p para o IPCA, enquanto o preço da *Passagem aérea* reduziu-se em -26,08%, induzindo a um decréscimo de -0,33 p.p. no índice geral e contribuindo para a queda observada nos serviços de *Transportes*.

Por causa das maiores variações terem sido observadas em produtos que fazem parte do grupo de serviços, esse segmento, exclusive passagem aérea, foi o que apresentou maior contribuição positiva (0,48 p.p.) no período. Já a *Alimentação* em domicílio teve uma contribuição diminuta para a inflação acumulada no 1º trimestre de 2020 (Gráfico 5).

Gráfico 5 – IPCA: Contribuição trimestral por segmentos selecionados de bens e serviços – Brasília (DF) – 1º trimestre de 2018 ao 1º trimestre de 2020 – pontos percentuais (p.p.)

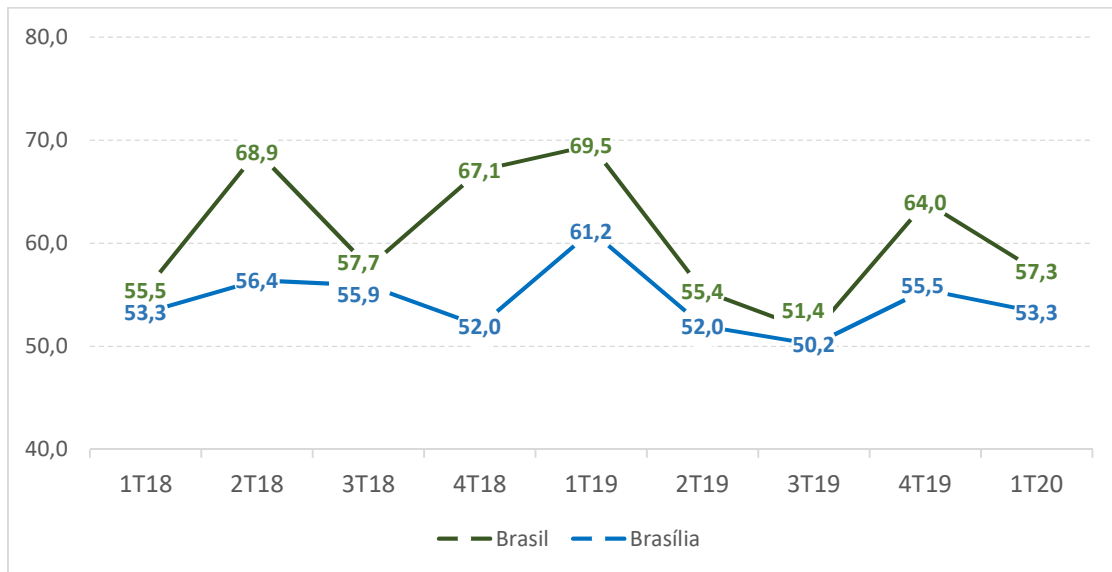


Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN.

As passagens aéreas aparecem novamente como um fator de atenuação da inflação acumulada entre janeiro e março de 2020 com uma redução de -0,39 p.p. para a inflação do período. Vale lembrar, no entanto, que esse comportamento é sazonal, já que o 1º trimestre é, normalmente, marcado por variações negativas desse subitem.

Além disso, percebe-se, ao avaliar o comportamento dos produtos e serviços que compõe a cesta, que os subitens que apresentaram variação positiva no 1º trimestre de 2020 representam 53,3% do total analisado (Gráfico 6). Esse percentual é menor que o apresentado no 1º trimestre de 2019 (61,2%) e igual ao do mesmo período de 2018 (53,3%). O índice de difusão do período é, igualmente, inferior ao observado para a cesta do IPCA do Brasil.

Gráfico 6 – IPCA: Índice de difusão da inflação trimestral – Brasil e Brasília (DF) – 1º trimestre de 2018 ao 1º trimestre de 2020 (%)

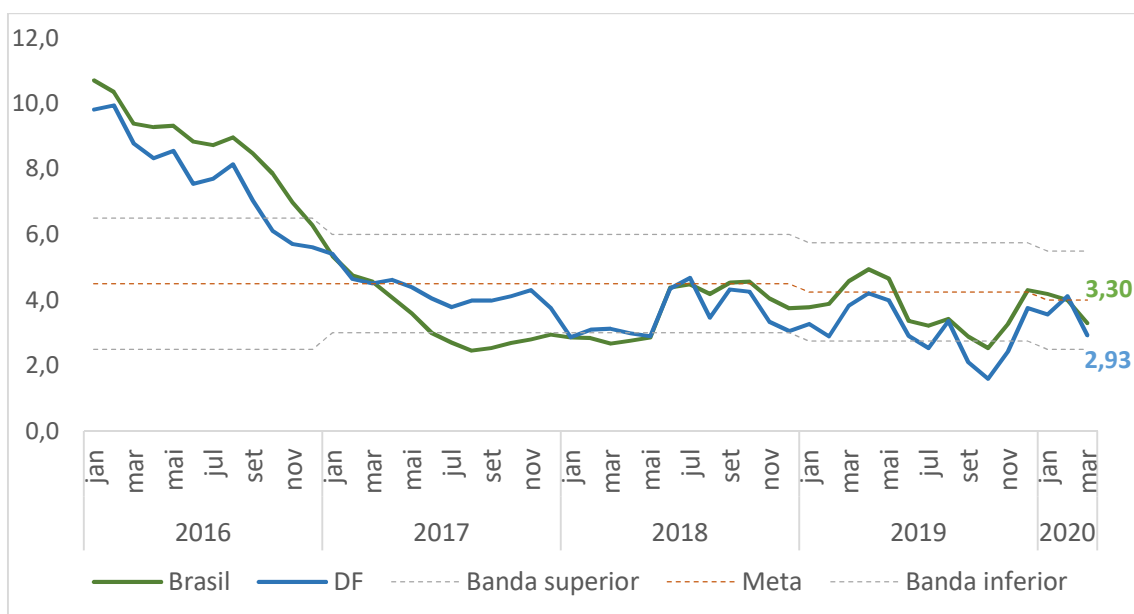


Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN

Resultado em 12 meses

A trajetória de longo prazo dos preços praticados no Distrito Federal, demonstrada no Gráfico 7, indica que a inflação local está se aproximando do limite inferior do intervalo estipulado pelo sistema de metas (+2,5%). No período de 12 meses compreendido de abril de 2019 a março de 2020, o nível de preço da capital do país registrou uma elevação de +2,9%.

Gráfico 7 – IPCA: Variação acumulada em 12 meses do nível de preços – Brasil e Brasília (DF) – janeiro de 2016 a março de 2020(%)



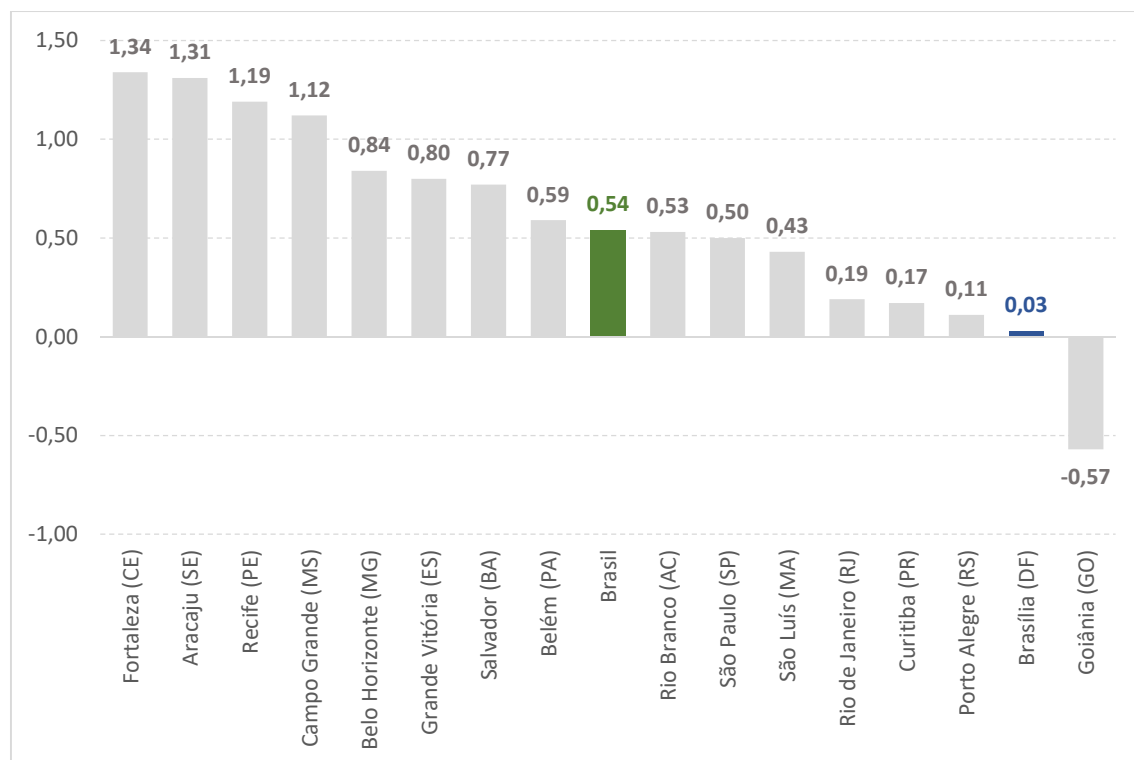
Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN

A análise gráfica também evidencia que a inflação distrital vem apresentando, sistematicamente, resultados inferiores aos auferidos para a variação dos preços em nível nacional. Ainda que a baixa inflação represente uma menor perda do poder de compra da população ao longo do tempo, ela pode ser interpretada como um problema por sinalizar uma redução do nível de atividade econômica da região.

3. Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC

O INPC mede a inflação do período para as classes de renda mais baixas, avaliando a variação de preços de uma cesta de bens e serviços representativa para os consumidores com renda domiciliar entre um e cinco salários mínimos. Nesses termos, o índice calculado para o Distrito Federal no 1º trimestre de 2020 foi de +0,03%, o segundo menor percentual observado entre as regiões brasileiras no período de acordo com as informações disponíveis no Gráfico 8.

Gráfico 8 – INPC: Variação trimestral em relação ao mesmo trimestre do ano anterior – Brasil e regiões – 1º trimestre de 2020 (%)

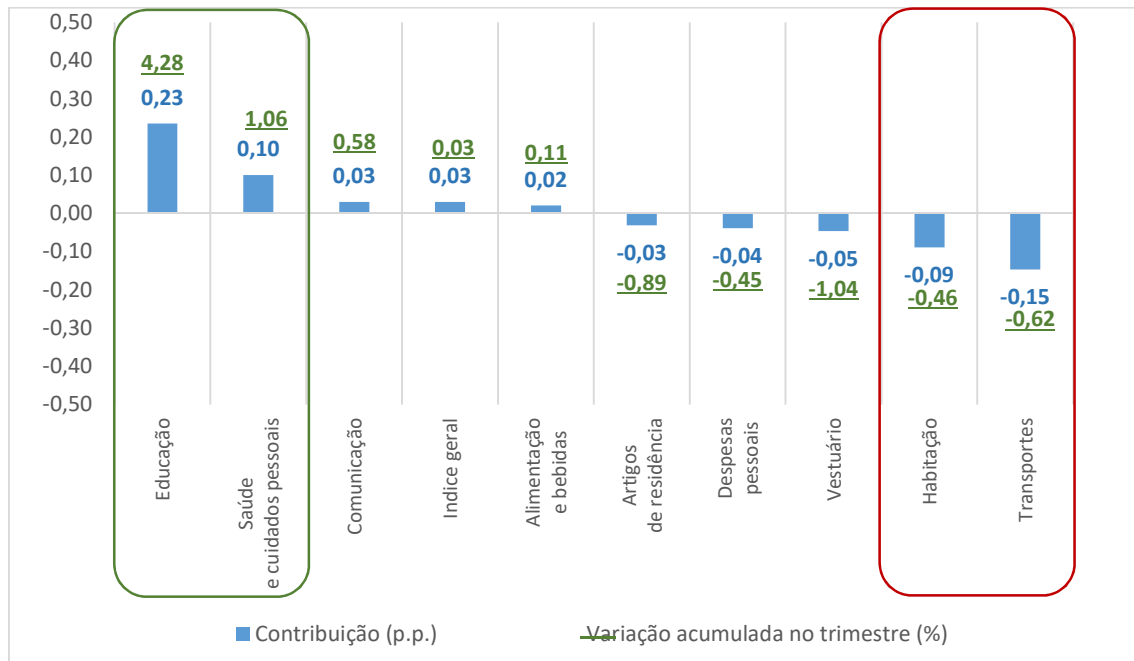


Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN.

A variação registrada na capital do país é acima da informada pelo IPCA. Essa diferença entre os indicadores se deve ao fato de que elementos que tiveram altas no período possuírem peso mais elevado no orçamento das famílias de baixa renda.

A contribuição em pontos percentuais, apresentada no Gráfico 9, mostra que os serviços de *Educação* (+0,23 p.p.) e os de *Saúde e cuidados pessoais* (+0,10 p.p.) foram os que mais favoreceram a alta dos preços no Distrito Federal no 1º trimestre de 2020. Conforme mencionado anteriormente, esse comportamento se deve, principalmente, à sazonalidade desses componentes dado aos reajustes das mensalidades.

Gráfico 9 - INPC: Contribuição dos grandes grupos de bens e serviços para a inflação – Distrito Federal – 1º trimestre de 2020 – p.p.



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN

Já as contribuições que atuaram no sentido de atenuar a inflação do período vieram, majoritariamente, dos segmentos de *Habitação* (-0,09 p.p.) e de *Transportes* (-0,15 p.p.), que obtiveram variação de -0,46% e -0,62%, respectivamente, no acumulado entre janeiro e março de 2020.

Em termos de subitens, *Ônibus urbano* foi novamente o serviço que pressionou para cima a variação dos preços no Distrito Federal. Na cesta de consumo do INPC, entretanto, sua contribuição foi de +0,45 p.p., 0,29 p.p. acima da registrada no IPCA por conta do maior peso que o transporte público possui nas famílias com orçamento de um a cinco salários mínimos. De acordo com a Tabela 2, os subitens *Tomate* (+0,08 p.p.), *Correio* (+0,08 p.p.), *Aluguel residencial* (+0,07 p.p.) e *Perfume* (+0,06 p.p.) foram os que mais colaboraram com a alta dos preços no 1º trimestre de 2020 depois do *Ônibus urbano*.

Tabela 2 – INPC: Subitens com as maiores (azul) e menores (laranja) contribuições no trimestre e suas contribuições para o índice – Distrito Federal – 1º trimestre de 2020 (% e p.p.)

Subitens do INPC	Variação (%)	Contribuição (p.p.)
Ônibus urbano	10,00	0,45
Tomate	38,29	0,08
Correio	18,32	0,08
Aluguel residencial	0,80	0,07
Perfume	5,13	0,06
Alcatra	-12,91	-0,05
Frango inteiro	-5,40	-0,05
Energia elétrica residencial	-3,40	-0,14
Passagem aérea	-26,08	-0,20
Gasolina	-5,04	-0,35

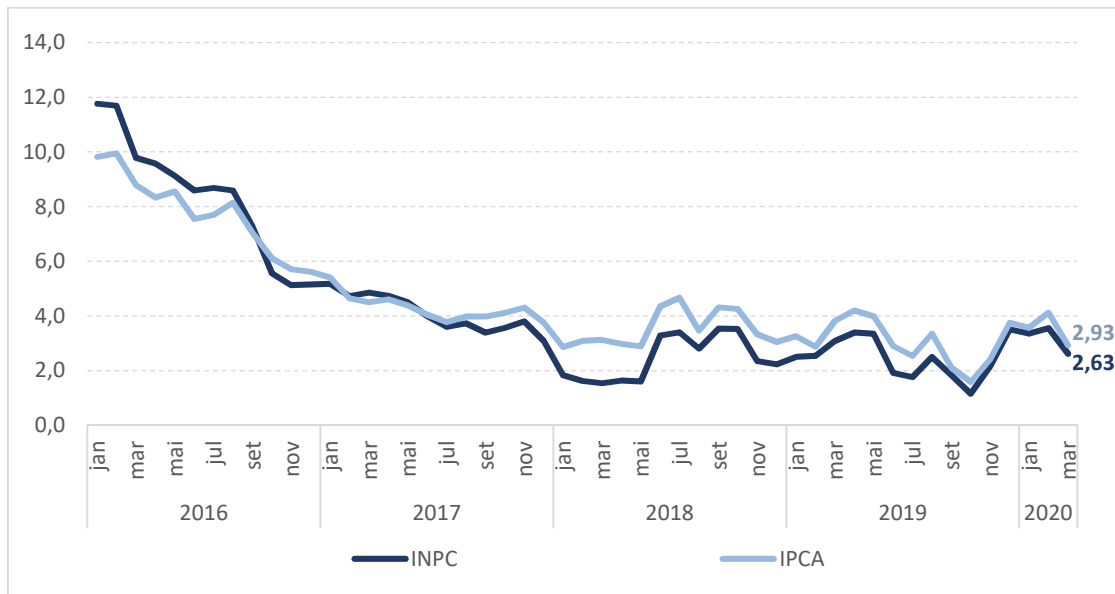
Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN

Cabe mencionar que o aumento do preço desses itens guarda consequências importantes. Isso porque com a elevação do custo do transporte público, há o encarecimento dos deslocamentos dos indivíduos de baixa renda, o que pode reduzir o seu poder de compra e até mesmo inviabilizar sua recolocação no mercado de trabalho, já que ele pode não dispor de recursos suficientes para deslocar-se para procurar um emprego. Quanto ao valor do aluguel, o raciocínio é semelhante, pois elevações nesse custo sem proporcional aumento de renda impõe restrições ao consumo das famílias.

Nos subitens que auxiliaram a manutenção de uma inflação baixa, destaca-se a *Gasolina*, cuja variação de -5,04% no seu preço proporcionou uma redução de -0,35 p.p. no INPC do 1º trimestre de 2020. A *Passagem aérea* aparece novamente em segundo lugar com uma contribuição de -0,20 p.p. no período. Em seguida, aparecem os subitens *Energia elétrica residencial* (-0,14 p.p.), *Frango inteiro* (-0,05 p.p.) e *Alcatra* (-0,05 p.p.). Importante mencionar que a queda no custo de energia elétrica proporciona uma melhora no poder de compra das famílias, enquanto a dos gêneros alimentícios mencionados acima, além de representar uma acomodação da alta verificada no fim do ano passado, possibilita o aumento do consumo ou amplia o acesso a proteínas animais, aperfeiçoando a dieta dos indivíduos de baixa renda.

O comportamento verificado no INPC garantiu que o índice continuasse a apresentar uma variação abaixo da observada no IPCA no acumulado em 12 meses, resultado que é sistematicamente verificado desde meados de 2017. No período de abril de 2019 a março de 2020, o INPC registrou alta de +2,63% e o IPCA de +2,93%, conforme apresentado no Gráfico 10.

Gráfico 10 – INPC e IPCA: Variação acumulada em 12 meses do nível de preços – Brasília (DF) – janeiro de 2016 a março de 2020 – (%)



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN

A preservação de um nível de inflação mais baixo para as famílias com renda domiciliar de um a cinco salários mínimos é importante para manutenção do seu poder de compra.

Seção IV

Mercado de Trabalho

1. Sumário

O mercado de trabalho no Distrito Federal apresentou um desempenho negativo no 1º trimestre de 2020, quando comparado com o 4º trimestre de 2019, com aumento da taxa de desemprego na região e a perda líquida de vagas de emprego com carteira assinada. De acordo com os dados divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de Divulgação Trimestral (PNADCT) o desemprego local saiu de 12,9% para 12,8%, considerando o ajuste sazonal, mas poderia ter alcançado valor muito maior se não fosse o crescimento significativo do número de inativos. A diminuição das vagas formais, que normalmente recebem remunerações acima das obtidas pelas informais, contribuiu para que o rendimento médio real mensal da UF atingisse R\$ 3.969, valor 3,5% abaixo dos R\$ 4.114 recebidos no trimestre imediatamente anterior.

A redução de vagas formais de emprego é também identificada pelo Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), que evidenciou que o número de desligamentos ocorridos no Distrito Federal no 1º trimestre de 2020 excedeu a quantidade de postos de trabalho criados em 2.503 vagas. Os setores econômicos mais afetados foram o de Comércio (-2.438 vagas) e o de Serviços (-1.089 vagas). No período, apenas as atividades de Construção (+621 vagas), Agricultura (+255 vagas) e de Indústria (+148 vagas) tiveram saldos positivos.

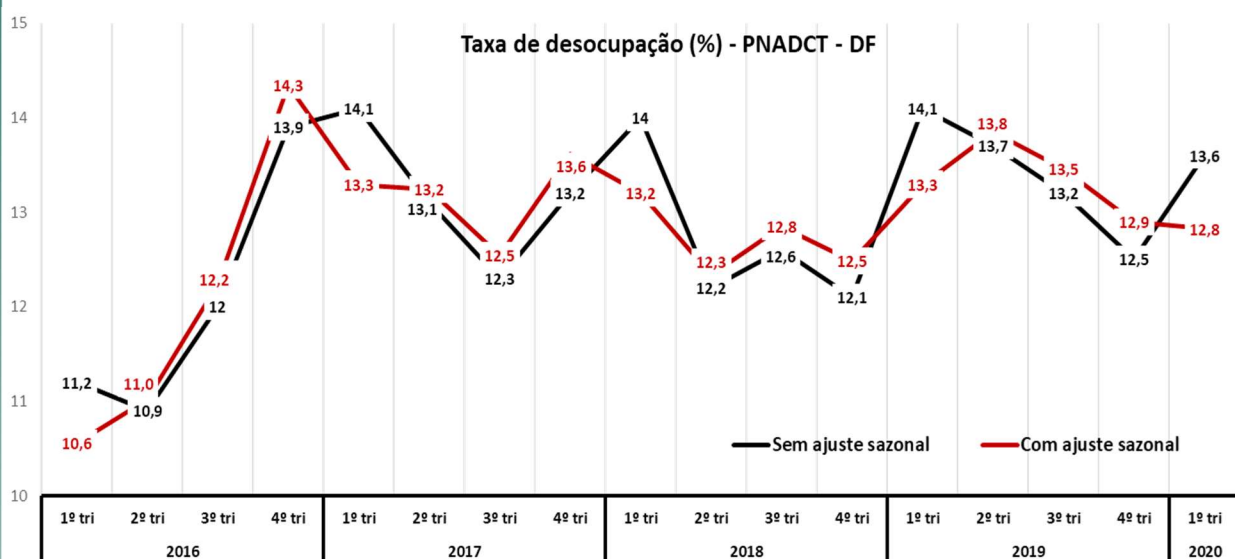
O comportamento evidenciado é, em parte, explicado pelo impacto negativo que as ações de suspensão de atividades comerciais e de restrição à circulação de pessoas para combater a propagação da Covid-19, adotadas a partir da segunda quinzena de março⁷, tiveram sobre a economia e, conseqüentemente, sobre o mercado de trabalho local.

⁷ As medidas de restrição à circulação de pessoas e às atividades comerciais no Distrito Federal iniciaram-se com a publicação do Decreto nº 40.509, de 11 de março de 2020, que suspendeu as aulas na região e eventos de qualquer natureza com público superior a cem pessoas; do Decreto nº 40.520, de 14 de março de 2020, que prorrogou esse período de suspensão dessas atividades; e o do Decreto nº 40.537, de 18 de março de 2020, que estabeleceu uma suspensão mais generalista das atividades comerciais da região.

2. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de Divulgação Trimestral

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de Divulgação Trimestral (PNADCT), a taxa de desemprego no Distrito Federal atingiu 13,6% no primeiro trimestre de 2020 (Gráfico 01). Considerando os ajustes sazonais, o percentual observado no período é de 12,8%, demonstrando uma melhora em relação ao 1º trimestre de 2019. Os dados reportam de uma forma incipiente os efeitos da crise desencadeada pela pandemia da Covid-19. Isso porque as medidas de combate à disseminação do novo coronavírus começaram a ser adotadas apenas a partir da segunda quinzena de março na capital do país, suspendendo gradualmente, desde então, o funcionamento das atividades econômicas da região. Além disso, o mercado de trabalho demora mais a captar os efeitos da redução do nível de atividade econômica.

Gráfico 1 – Taxa de desocupação – PNADCT – 1º trimestre de 2016 a 1º trimestre de 2020 – Distrito Federal (%)



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN. *Ajuste sazonal pelo método ARIMA-X13

Esse movimento representa um revés para a economia distrital no que se refere à recuperação do mercado de trabalho local, pois diminuiu o ritmo de queda do nível de desocupação⁸. As quedas observadas no 3º trimestre de 2019 (-0,3 p.p.) e no 4º trimestre de 2019 (-0,6 p.p.) foram de magnitude superior à verificada no 1º trimestre de 2020 (-0,1 p.p.).

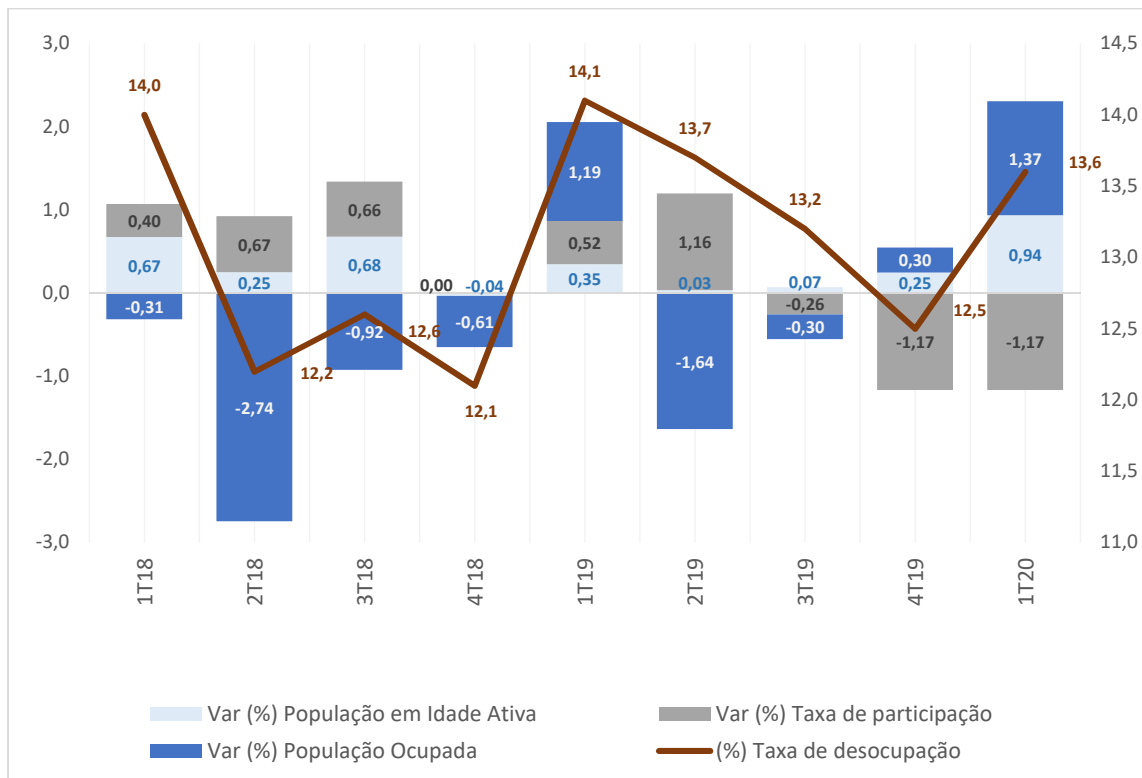
O crescimento do contingente de inativos, situação na qual as pessoas não trabalham e não procuram emprego, também é significativo na região. Cerca de

⁸ Considerando a taxa de desocupação com ajuste sazonal.

864 mil pessoas em idade de trabalhar escolheram, por diversos motivos, permanecer fora da força de trabalho no 1º trimestre de 2020 e, assim, colaborar com uma menor taxa de desemprego na região. A contribuição de cada categoria é apresentada a seguir.

A maior contribuição para o aumento da taxa de desemprego veio da redução da população ocupada que, conforme mostrado no Gráfico 2, contribuiu com 1,37p.p. para o aumento da taxa de desocupação. Com base na decomposição da variação da taxa de desemprego de um trimestre frente ao trimestre imediatamente anterior, é possível perceber que essa queda da população ocupada foi reforçada pelo aumento da população em idade ativa para pressionar para cima da taxa de desemprego e foi compensada, em parte, pelo aumento dos inativos (queda na taxa de participação).

Gráfico 2 – PNADCT: decomposição da variação na taxa de desocupação – 1º trimestre de 2018 a 1º trimestre de 2020.

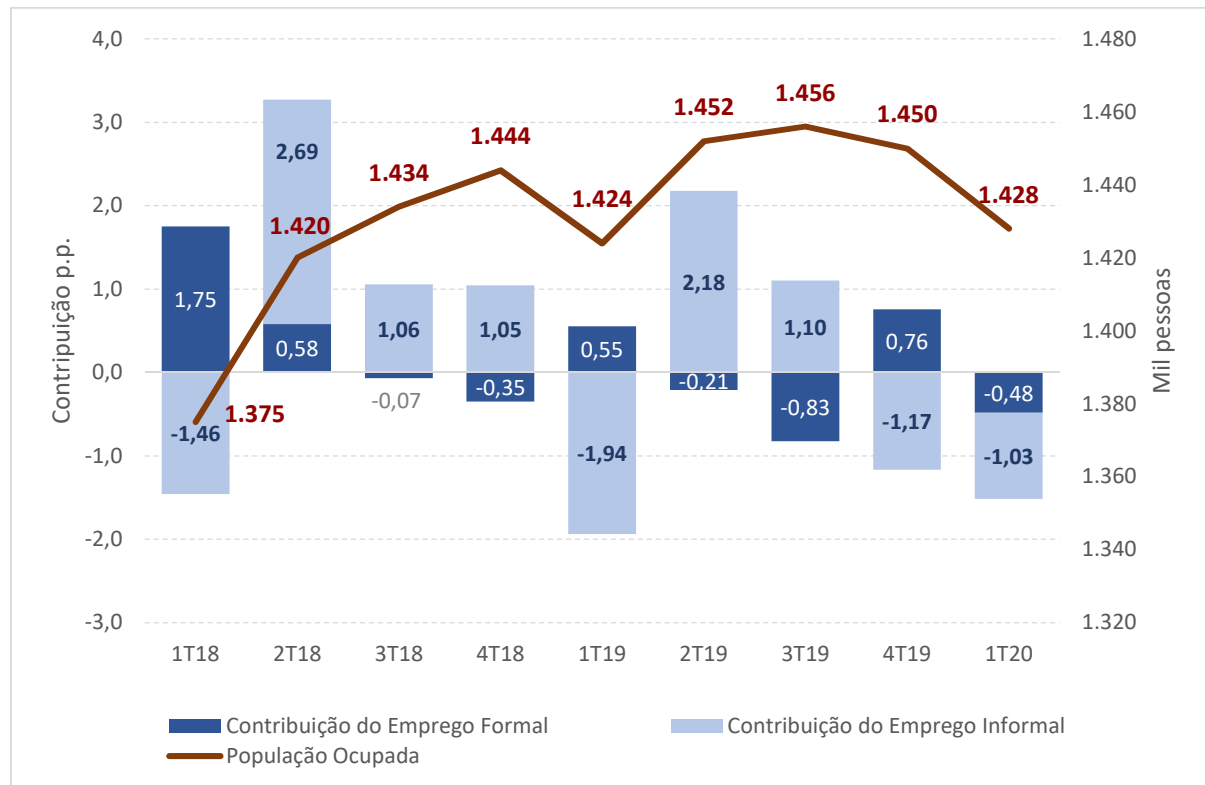


Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN

Outro fator que colaborou para reduzir a taxa de desemprego em 2019 foi o aumento da oferta de vagas informais. No entanto, a contribuição desse tipo de ocupação começou a desacelerar no 4º trimestre de 2019 e tornou-se mais intenso no 1º trimestre de 2020, conforme mostrado no Gráfico 3. Essas atividades, além de possuírem um forte componente sazonal, dependem do rendimento esperado, que está associado à circulação de pessoas, e tem um

baixo custo de manutenção em relação às formais que as fazem responder mais tempestivamente às mudanças conjunturais. Dessa maneira os empregos sem carteira assinada são considerados mais suscetíveis ao impacto do isolamento social imposto para combate à Covid-19.

Gráfico 3 – PNADCT: decomposição da variação da formalização no total de ocupados (linha sólida) – 1º trimestre de 2018 a 1º trimestre de 2020 – Contribuição em pp. – Distrito Federal



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN

Ainda de acordo com o Gráfico 3, verifica-se que o impacto sobre o emprego formal foi menos intenso, apresentando uma contração de -0,8% entre o 1º trimestre de 2020 e o 4º trimestre de 2019 e contribuindo com -0,48 p.p. para a redução da população ocupada. Esse indicador é mais preocupante para o vigor da economia, pois as vagas formais demoram mais para voltar ao nível pré-crise dados os custos trabalhistas envolvidos no processo de contratação.

No que se refere ao setor de ocupação dos trabalhadores, verifica-se que houve uma contração generalizada no número de pessoas empregadas no setor privado, com (-0,8%) e sem (-11,8%) carteira assinada, entre o 1º trimestre de 2020 e o 4º trimestre de 2019. As variações positivas foram verificadas apenas nas categorias de Empregadores (12 mil pessoas) e de Trabalhador familiar auxiliar (15 mil pessoas) na mesma base de comparação. Esses dados estão disponíveis na Tabela 1.

Tabela 1 – PNADCT: Comportamento interanual (mesmo trimestre ano anterior) e na margem (trimestre imediatamente anterior) do mercado de trabalho do Distrito Federal – 1º trimestre de 2020

Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua Trimestral							
	1º trimestre 2019	4º trimestre 2019	1º trimestre 2020	1º tri 2020 x 1º tri 2019		1º tri 2020 x 4º tri 2019	
				Variação %	Variação absoluta	Variação %	Variação absoluta
Indicadores (em mil pessoas)							
População							
Em idade de trabalhar (PIA)	2.481	2.491	2.518	1,5%	37	1,1%	27
Na força de trabalho (PEA)	1.657	1.659	1.654	-0,2%	-3	-0,3%	-5
Ocupada	1.424	1.451	1.428	0,3%	4	-1,6%	-23
Desocupada	233	208	226	-3,0%	-7	8,7%	18
Fora da força de trabalho (Inativos)	823	833	864	5,0%	41	3,7%	31
Posição na ocupação							
Empregado no setor privado com carteira	512	521	517	1,0%	5	-0,8%	-4
Empregado no setor privado sem carteira	121	136	120	-0,8%	-1	-11,8%	-16
Trabalhador doméstico	101	115	110	8,9%	9	-4,3%	-5
Empregado no setor público (inclusive servidor estatutário e militar)	329	313	296	-10,0%	-33	-5,4%	-17
Empregador	72	78	90	25,0%	18	15,4%	12
Conta própria	279	281	275	-1,4%	-4	-2,1%	-6
Trabalhador familiar auxiliar	10	6	21	110,0%	11	250,0%	15
Taxas (em pontos percentuais)							
Taxa de desocupação	14,1	12,5	13,6	-	-0,5	-	1,1
Nível da ocupação	57,4	58,2	56,7	-	-0,7	-	-1,5
Taxa de participação na força de trabalho	66,8	66,6	65,7	-	-1,1	-	-0,9
Rendimento médio real habitual (em reais)							
Ocupados (todos os trabalhos)	4.229	4.114	3.969	-6,1%	-260	-3,5%	-145

Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN

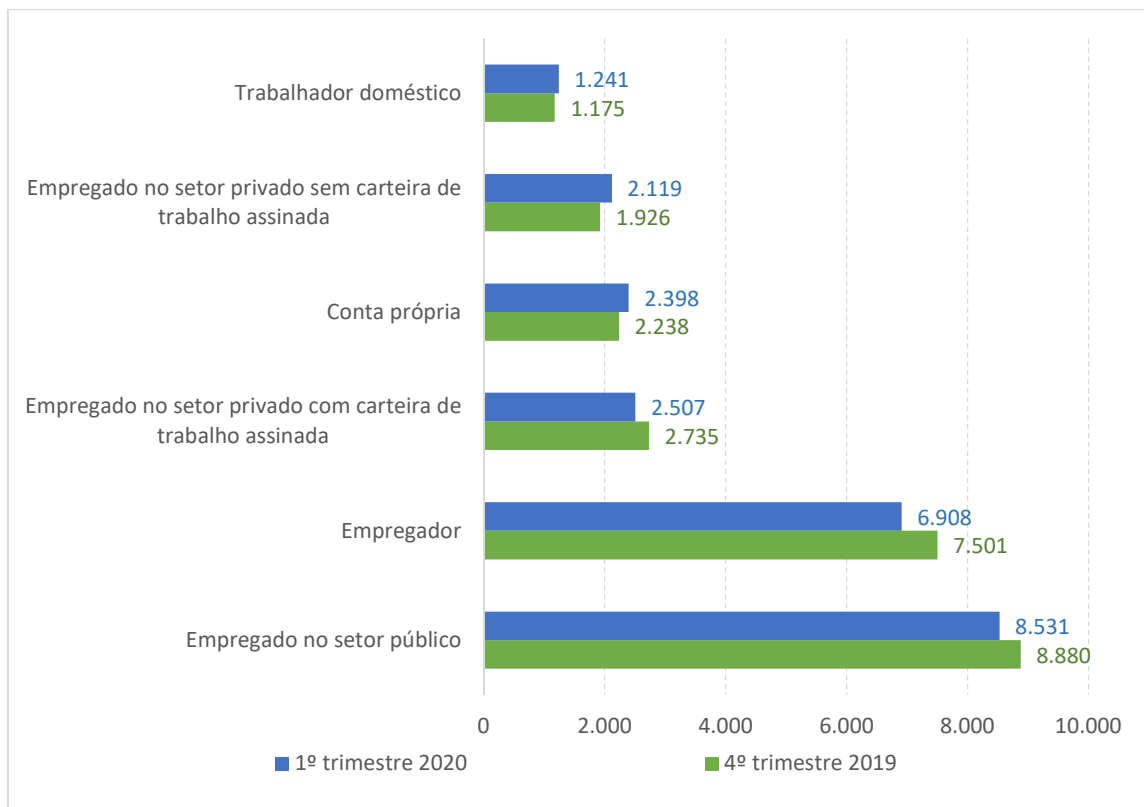
Chama a atenção a redução de 17 mil pessoas ocupadas no Setor Público, inclusive servidor estatutário e militar no período. Esse movimento pode estar associado, entre outros, à redução de cargos comissionados na estrutura do governo distrital a fim de diminuir as despesas de pessoal do funcionalismo público, ao aumento das aposentadorias em respostas à reforma trabalhista perpetrada ou a não reposição de vagas dado à suspensão dos concursos públicos.

A redução no número desses trabalhadores contribuiu, assim como a diminuição de trabalhadores do setor formal, para que o rendimento médio do Distrito Federal sofresse queda no 1º trimestre de 2020, uma vez que essas ocupações são as que entregam uma maior remuneração média em relação às informais. Em consequência desse movimento, os empregados da região tiveram uma remuneração real obtida por todos os trabalhos habitualmente exercidos de R\$ 3.969 por mês, valor que é R\$ 145 abaixo dos proventos recebidos no 4º trimestre de 2019.

Além disso, de acordo com o Gráfico 4, é possível ver que mesmo entre os trabalhos formais houve uma queda do rendimento médio da categoria. Os

empregados no setor público tiveram uma variação negativa de -3,9% na margem, quando comparado os valores obtidos no 1º trimestre de 2020 e no 4º trimestre de 2019. Na mesma base de comparação, os empregados do setor privado com carteira assinada perceberam uma redução de -8,3% nos seus rendimentos. Essas duas categorias são as que possuem maior participação no mercado de trabalho do Distrito Federal, 21,0% e 36,7%, respectivamente.

Gráfico 4 – PNADCT: Rendimento médio real mensal habitualmente recebido do trabalho principal, por categoria do emprego – Distrito Federal – 1º trimestre de 2020 e 4º trimestre de 2019



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN

Ressalte-se que tanto a redução no montante do rendimento verificado no período, bem como o aumento da parcela da população que não recebe nenhum tipo de remuneração (desocupados) repercute negativamente sobre o nível e o padrão de consumo da população local. É importante mencionar que a tendência é de que as remunerações continuem caindo com o aumento da massa de desempregados, pois a expansão da oferta de emprego exerce pressão para a baixa dos salários.

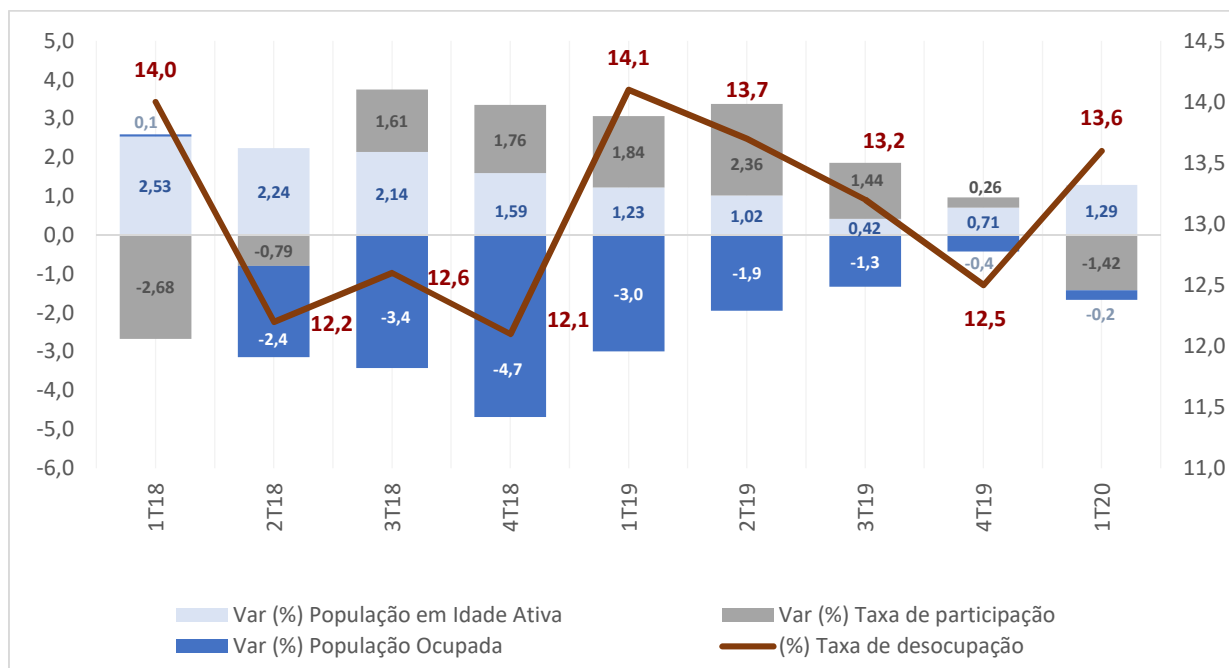
Comparação interanual – 1º trimestre de 2020 frente ao 1º trimestre de 2019

O confronto do comportamento do mercado de trabalho entre os mesmos trimestres de cada ano ajuda a reduzir o componente sazonal que lhe é característico. Nesse sentido, comparando o 1º trimestre de 2020 com o 1º trimestre de 2019, verifica-se que houve uma queda na taxa de desocupação do Distrito Federal de -0,5 p.p. ao sair do patamar de 14,1% para 13,6%. Essa contração, no entanto, foi acompanhada por uma redução na taxa de participação na força de trabalho de 66,8% para 65,7% no mesmo período.

Esse comportamento indica que uma parcela da diminuição do desemprego se deve ao fato de que a expansão da população em idade apropriada para ingressar no mercado de trabalho foi compensada pela opção dessas pessoas de permanecerem inativas, ou seja, não trabalharem.

A decomposição da variação da taxa de desemprego interanual comprova que sua diminuição está atrelada a menor oferta de trabalho, responsável por uma contribuição de -1,42 p.p., e não ao aumento da demanda por trabalho conforme exposto pelo Gráfico 5.

Gráfico 5: PNADCT: decomposição da variação na taxa de desocupação – Distrito Federal – 1º trimestre de 2018 a 1º trimestre de 2020 – Contribuição em p.p.



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN

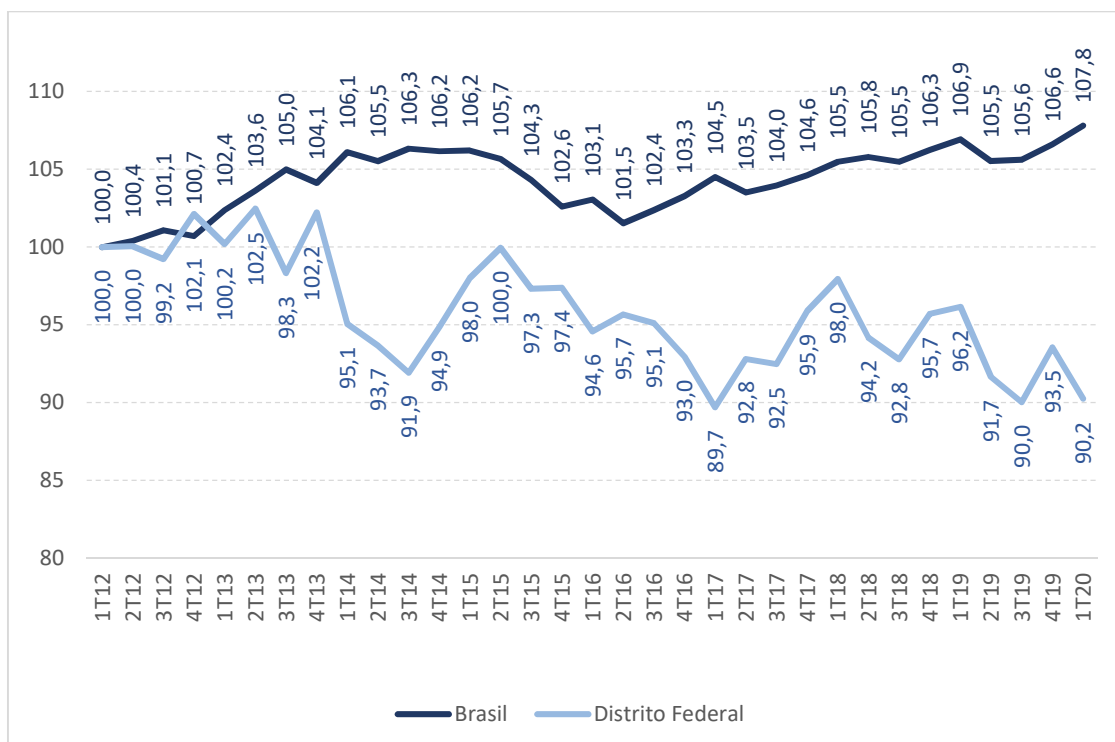
No intervalo de um ano, as posições na ocupação que apresentaram um saldo positivo foram o setor privado com carteira assinada (+5 mil pessoas); trabalho doméstico (+9 mil); trabalho familiar auxiliar (+11 mil) e empregadores (+18 mil). Já os empregados no setor privado sem carteira (-1 mil), os trabalhadores por

conta própria (-4 mil) e os empregados no setor público (-33 mil) foram as categorias que apresentaram saldo negativo no período analisado. A consequência desses acréscimos e decréscimos no contingente de ocupados resultou na criação líquida de 4 mil novas ocupações no Distrito Federal na comparação interanual.

Como mencionado anteriormente, o setor público possui uma remuneração muito superior às demais categorias. Dessa forma, a forte redução no número de empregados nesse segmento observada no período ajudou na contração de -6,1% do rendimento médio real dos ocupados nessa Unidade da Federação (UF) de acordo com a Tabela 1 da seção anterior.

Além disso, ao analisar uma série mais longa do comportamento do rendimento médio real da região, é possível perceber que ele se encontra em uma trajetória descendente. Do 1º trimestre de 2012 ao 1º trimestre de 2020, o trabalhador do Distrito Federal perdeu cerca de 9,8 p.p. na da sua remuneração média, enquanto os trabalhadores brasileiros tiveram um ganho de 7,8 p.p. no mesmo período, conforme apresentado no Gráfico 6.

Gráfico 6 – PNADCT: Comparativo da evolução do rendimento médio real mensal – Brasil e Distrito Federal – 1º trimestre de 2012 a 1º trimestre de 2020 – Número-índice (Base: 1º trimestre de 2012 = 100)



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN

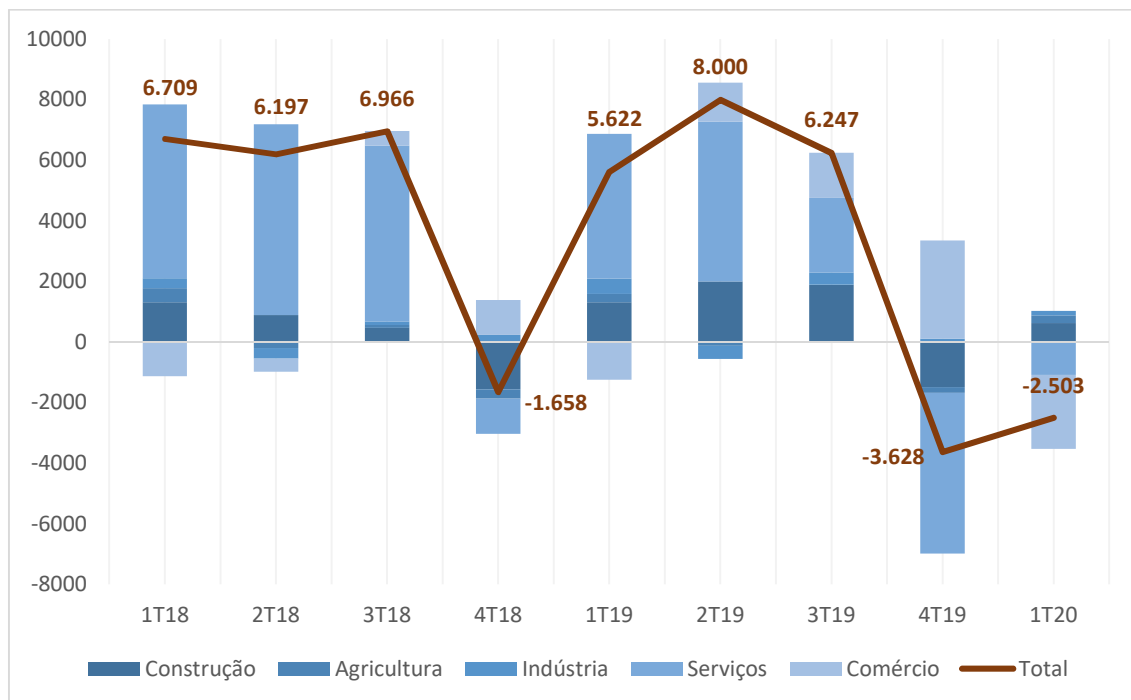
Ainda que em valores absolutos o rendimento dos trabalhadores das UF sejam quase o dobro da média nacional, o comportamento observado representa uma evidente queda no poder de compra local.

3. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED (ME)

As estatísticas do emprego formal no Distrito Federal e em todos os estados brasileiros passaram a ser divulgadas pelo novo CAGED⁹, que utiliza o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED – antigo) e as informações do Empregador Web para gerar os dados sobre o mercado de trabalho.

De acordo com o novo CAGED, no Distrito Federal o número de desligamentos superou o de novas contratações, gerando um saldo negativo de 2.503 postos de trabalho com carteira assinada no 1º trimestre de 2020 como mostrado no Gráfico 7. Os números apresentam valores diferentes dos divulgados pela PNADCT devido a diferenças metodológicas.

Gráfico 7 – CAGED: saldo entre admitidos (+1) e desligados (-1) por grandes setores– Distrito Federal – 1º trimestre de 2018 a 1º trimestre de 2020 – número de vagas



Fonte: CAGED/ME. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN

As atividades de Comércio foram as que apresentaram o pior desempenho na economia local de janeiro a março de 2020 e registraram a extinção de 2.438 vagas. Os Serviços, que também tiveram perdas de postos de trabalho com carteira assinada no período analisado, aparecem em segundo lugar com um

⁹ Para mais informações, acesse <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>.

saldo de -1.089 vagas. Os segmentos de Construção, Agricultura e Indústria, por sua vez, exibiram criação líquida de 621, 255 e 148 vagas, respectivamente, na economia distrital.

Chama a atenção o fato de que, nos 1^{os} trimestres de 2018 e 2019, apenas o Comércio do Distrito Federal registrou saldo negativo, mas que, no mesmo período de 2020, esse padrão foi modificado. No acumulado entre janeiro e março de 2020, o segmento de Serviços também apresentou contração no número de vagas formais, reforçando o desempenho desfavorável da região.

Detalhando a contribuição das atividades econômicas para o desempenho do mercado de trabalho, observa-se, no início do ano de 2020, que os três segmentos que tiveram maior impacto negativo foram os de *Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas* (-2.438), *Atividades Administrativas e Serviços Complementares* (2.187) e *Alojamento e Alimentação* (-1.912). Já as contribuições positivas ficaram a cargo de *Educação* (1.758), *Construção* (621) e *Outras Atividades de Serviços* (408). Essas informações podem ser observadas no Gráfico 8.

Gráfico 8 – CAGED: saldo entre admitidos (+1) e desligados (-1) por seção da CNAE – Distrito Federal – 1^o trimestre de 2020 – número de vagas

Saldo entre admitidos e desligados do DF no 1^o trimestre de 2020: -2.503

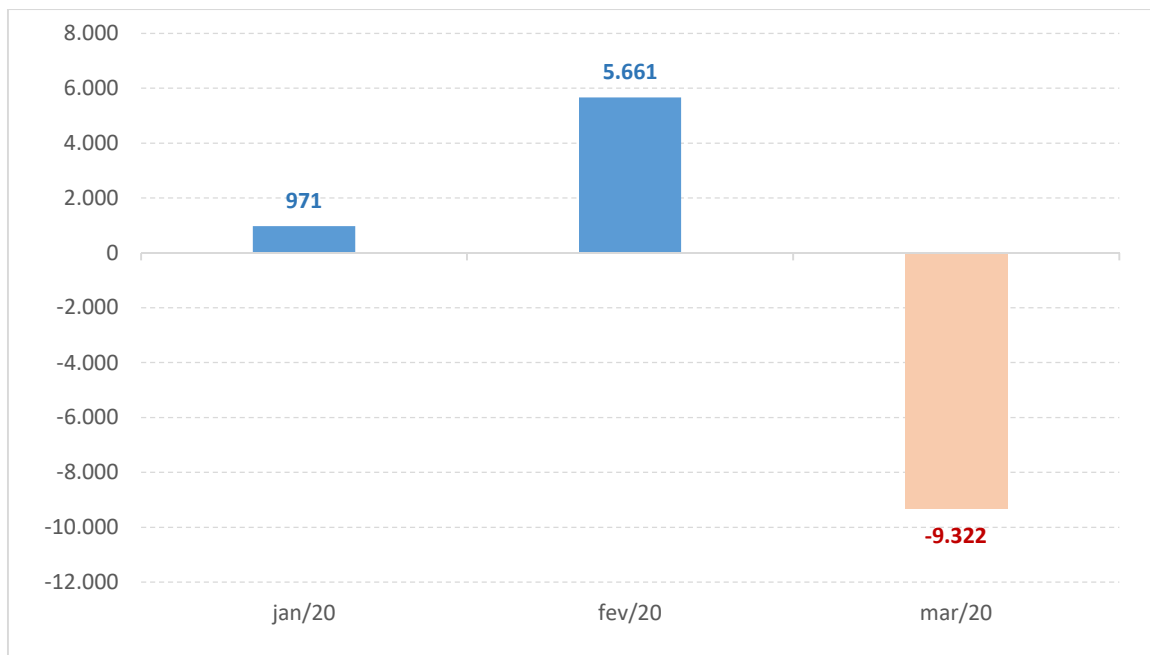


Fonte: CAGED/ME. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN

Mais uma vez, os dados capturam apenas o impacto inicial que as medidas de restrições comerciais adotadas para diminuir a propagação da Covid-19 no Distrito Federal. Como apresentado no Gráfico 9, o mercado de trabalho local traz informações de um saldo negativo apenas em março de 2020, mês que foi

impactado somente a partir da segunda quinzena. Dessa forma, a perpetuidade da suspensão das atividades nos meses subsequentes deve fazer com que os próximos números reflitam o agravamento do desempenho negativo do mercado de trabalho local.

Gráfico 9 – CAGED: saldo entre admitidos (+1) e desligados (-1) por mês – Distrito Federal – 1º trimestre de 2020 – número de vagas



Fonte: CAGED/ME. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN

Cabe mencionar que, por meio da redução do poder aquisitivo associada à perda da ocupação, o desemprego tem, igualmente, implicações desfavoráveis sobre o nível de atividade da economia local que, por sua vez, reforça o número de desligamentos. Esse movimento, se não interrompido mediante políticas públicas, é capaz de iniciar um ciclo vicioso com efeitos severos para o mercado do Distrito Federal.

Considerações finais

O cenário econômico atual está imerso em incertezas, tanto no Brasil quanto no exterior. É de grande importância destacar que os efeitos das medidas de combate à Covid-19, iniciados no Distrito Federal a partir da segunda quinzena de março, são capturados apenas tangencialmente nos indicadores do primeiro trimestre.

De fato, a verdadeira extensão do choque na atividade econômica local deve ser sentida de forma mais contundente no decorrer do ano, em particular no segundo trimestre. Dessa forma, são levantadas aqui algumas considerações sobre os efeitos econômicos da Covid-19 e como eles devem afetar as projeções no próximo trimestre.

A paralisação de diversos setores da economia tende a aumentar a taxa de desemprego à medida em que os estabelecimentos que tiveram suas atividades suspensas, esgotarem seus caixas e se tornarem incapazes de arcar com os custos de seus funcionários. Alguns segmentos importantes, como a construção civil, são considerados essenciais e permanecem operando e movimentando diversas atividades complementares, mesmo que ainda indiretamente afetados pela contração da renda das famílias e do investimento; outros, porém, como o comércio não-alimentício e os serviços às famílias e empresas, são agudamente afetados pela paralisação e possuem uma participação importante na economia do Distrito Federal. Dados do Novo CAGED, referentes a abril, já apontam um saldo de -15.340 postos formais de emprego no mês, contra um total de 16.241 criados ao longo de todo o ano de 2019.

Além disso, os temores face à proliferação da Covid-19 levam domicílios a priorizarem a aquisição de bens essenciais, como alimentos e remédios, e reduzir suas demandas por bens de consumo. Esse fator atua conjuntamente com a redução do poder de compra das famílias decorrente da maior taxa de desemprego para reduzir a inflação esperada no ano, uma vez que comerciantes não encontram margem para reajustar preços. Os governos distrital e federal têm agido para minimizar esses impactos por meio de medidas anticíclicas, como saques emergenciais do FGTS e auxílios financeiros, enquanto o Copom trouxe a taxa Selic para patamares historicamente baixos, atingindo 3,00% em maio. Além disso, o IPCA medido no ano deve, ainda assim, ficar bem abaixo do realizado em 2019.

Finalmente, a paralisação de diversos segmentos econômicos traz, naturalmente, consequências para a trajetória até então ascendente, mesmo que moderada, da atividade econômica do Distrito Federal. A extensão do efeito dependerá das especificidades do segmento, com as atividades comerciais e de serviços sendo particularmente afetadas, mas considerando a mediana das expectativas de mercado até o dia 05 de junho¹⁰, a retração esperada é de -6,48% do PIB brasileiro em 2020.

¹⁰ Mediana das expectativas do mercado, conforme o Boletim FOCUS do Banco Central de 5 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20200605.pdf>